

**ANÁLISE DOS FACTORES DETERMINANTES DO
AUTO-EMPREGO EM PORTUGAL**

Hugo Mestre Araújo

Tese de Mestrado em Economia da Empresa e da Concorrência

Orientador(a):

Prof. Doutora Nádía Nogueira Simões, Prof. Auxiliar, ISCTE Business School,

Departamento de Economia

Junho de 2012

**ANÁLISE DOS FACTORES DETERMINANTES DO
AUTO-EMPREGO EM PORTUGAL**

Hugo Mestre Araújo

Tese de Mestrado em Economia da Empresa e da Concorrência

Resumo

Desde a década de 80 que o tema do auto-emprego tem sido alvo de inúmeros estudos teóricos e empíricos, um pouco por todo o Mundo. Nos últimos 20 anos, fruto do crescente e contínuo processo de globalização, bem como da recente crise económica que se instalou nalguns países (com severos impactos no mercado de trabalho), muitos autores têm focado a sua pesquisa no impacto do auto-emprego na população imigrante, bem como no seu carácter de solução de último recurso. Os seus estudos confirmam a existência de uma “predilecção” destes trabalhadores por esta forma de trabalho, que acaba por ser a sua melhor hipótese de integração em mercados muito fechados.

No que respeita a Portugal, uma amostra retirada do “Inquérito ao Emprego” do INE e tendo por base dados para o período entre 1998 e 2010, permitiu verificar que factores como a experiência, a educação e a idade parecem ser absolutamente determinantes para a decisão de entrada no auto-emprego, o que vai de encontro a pesquisas anteriores de outros autores. Uma pesquisa em termos regionais permitiu, ainda, eliminar a ideia de que pudessem existir padrões ou similitude entre algumas regiões, ou seja, apesar de existirem algumas diferenças, predominam os padrões comuns. Assim, as únicas diferenças encontradas respeitam aos Arquipélagos (sobretudo da Madeira) e ao Continente, mas mesmo essas não parecem ter demasiada importância.

Códigos JEL: A10, J21, R10, R11.

Palavras-chave: Auto-emprego; Portugal; Determinantes; Entrada; Análise Regional.

Abstract

Self-employment has been a current theme since the 80's, being studied all over the world. In the last two decades, the on-going process of globalization, as well as the economic and financial crisis that has affected some of the biggest and most powerful economies in the world, have influenced the economic literature that now tries to understand if self-employment can correct and improve the conditions of the labor market.

When it comes to Portugal, using micro level data drawn from the Portuguese Labour Force Survey, concerning the period between 1998 and 2010, we concluded that factors such as previous work-related experience, education and age appear to be the key determinant factors that explain the decision of being self-employed. These conclusions are in line with a large number of other international studies.

Finally, a more regional-fractioned research allowed us to understand that, in Portugal, with some minor exceptions, the characteristics mentioned above also seem to be the most important determinants in every region..

Jel Codes: A10, J21, R10, R11.

Keywords: Self-employment; Portugal; Determinants; Entry; Regional analysis

Agradecimentos

Queria começar por agradecer à minha família, sobretudo aos meus pais, por todo o apoio que me deram. Sempre me motivaram e, sem eles, não teria conseguido conjugar com eficiência o Mestrado e a minha actividade profissional. De igual modo, agradeço também à minha namorada, que sempre me motivou a melhorar e tentar dar o melhor de mim mesmo. Sem este grupo de pessoas não teria, certamente, chegado a esta fase.

Mas, acima de tudo, agradeço à minha coordenadora, a Professora Dra. Nádía Simões, que tudo fez para me apoiar em todas as fases deste processo, desde a definição do tema, à elaboração das conclusões. Sem a sua preciosa ajuda, a qualidade do meu trabalho ficaria gravemente comprometida, razão pela qual agradeço todo o apoio e disponibilidade revelados ao longo deste ano de trabalho, sendo que não poderia, sinceramente, esperar nem desejar uma ajuda mais eficiente.

Índice

1. Introdução	Pág. 1
2. Revisão de literatura	Pág. 3
2.1 Efeito das características individuais	Pág. 4
2.2 Factores de natureza macroeconómica	Pág. 12
2.3 Factores de natureza regional	Pág. 15
2.4 Política económica	Pág. 18
2.5 Sistema de Protecção Social	Pág. 23
3. O Auto-emprego em Portugal	Pág. 29
3.1 Dados estatísticos	Pág. 29
3.2 Resultados de estudos anteriores	Pág. 33
4. Evidência empírica	Pág. 38
4.1 Dados utilizados	Pág. 38
4.2 Modelos construídos	Pág. 41
4.3 Resultados do Modelo Global	Pág. 44
4.4 Resultados dos Modelos Regionais	Pág. 49
5. Conclusões	Pág. 59
Referências bibliográficas	Pág. 63

Índice de Tabelas

Tabela 1: Características individuais	Pág. 26
Tabela 2: Factores macroeconómicos	Pág. 26
Tabela 3: Factores regionais	Pág. 27
Tabela 4: Política económica	Pág. 27
Tabela 5: Sistema de protecção social	Pág. 28
Tabela 6: Taxa de actividade	Pág. 30
Tabela 7: Taxa de desemprego	Pág. 30
Tabela 8: Taxa de auto-emprego	Pág. 32
Tabela 9: Interesse pelo auto-emprego	Pág. 32
Tabela 10: Características sócio-demográficas	Pág. 38
Tabela 11: Características do capital humano	Pág. 39
Tabela 12: Características profissionais	Pág. 40
Tabela 13: Características regionais	Pág. 40
Tabela 14: Variáveis independentes	Pág. 42/43/44
Tabela 15: Modelo Global	Pág. 45
Tabela 16: Grupo de referência	Pág. 46
Tabela 17: Características gerais do Modelo Global	Pág. 46
Tabela 18: Modelo Regional – Norte	Pág. 50
Tabela 19: Modelo Regional – Centro	Pág. 51
Tabela 20: Modelo Regional – Lisboa	Pág. 52
Tabela 21: Modelo Regional – Alentejo	Pág. 53
Tabela 22: Modelo Regional – Algarve	Pág. 54
Tabela 23: Modelo Regional - R. A. Açores	Pág. 55

Tabela 24: Modelo Regional - R. A. MadeiraPág. 56

Índice de Abreviaturas

BHPS -	British Household Panel Survey
EITC -	Earned Income Tax Credit
ESDA -	Exploratory Spatial Data Analysis
GSOEP -	German Socio-Economic Panel
ICP -	Índice de Corrupção Percepcionado
INE -	Instituto Nacional de Estatística
OCDE -	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PIB -	Produto Interno Bruto
PSED -	Panel Study of Entrepreneurial Dynamics
SBN -	Statistics of Business Notifications
SCF -	U.S. Survey of Consumer Finances
TRA -	Tax Reform Act
VAR -	Vectorial Auto Regression

Sumário executivo

Desde os anos 80 que o tema do auto-emprego tem vindo a ser debatido no panorama académico e político, tendo ganho um novo fôlego com o processo de globalização e integração de mercados, bem como com a crise económica que se instalou, de forma generalizada, desde 2007, afectando algumas das maiores economias mundiais. Estes debates incidem, não só sobre os factores de entrada no auto-emprego, mas também nos factores que permitem manter esta situação laboral, bem como nos motivos de saída. Para muitos países, estas questões são absolutamente centrais, já que o seu conhecimento pode permitir combater as dificuldades acrescidas nos mercados de trabalho, contrariando a tendência de aumento do desemprego.

Verifica-se, assim, que as últimas duas décadas foram bastante propícias para os estudos dos motivos de entrada no auto-emprego, com diversos autores a adoptarem abordagens muito distintas e, muitas vezes, encontrando resultados opostos. Assim se explica que, em alguns países, ser jovem influencie positivamente a probabilidade de se optar por este tipo de emprego, enquanto noutros o efeito é precisamente o contrário. Todavia, e apesar destas divergências, a verdade é que os factores vão de encontro aos apresentados em estudos anteriores, como sejam a idade, sexo, experiência, disponibilidade financeira, entre outros.

Além destas características de natureza individual, existem muitas outras que afectam a decisão dos trabalhadores e que podem ser agrupadas como sendo de natureza macroeconómica, regional, bem como resultantes de diferenças na política económica ou no sistema de protecção social em que estes indivíduos se encontram inseridos. Conhecer todos estes impactos apresenta-se determinante para a compreensão deste fenómeno, do qual pode depender o sucesso ou insucesso de muitas economias onde se assiste à escalada do desemprego.

Após uma revisão da literatura sobre esta temática, utilizaram-se os micro-dados do “Inquérito ao Emprego” do Instituto Nacional de Estatística (INE), a partir dos quais foi construída uma amostra de 865.990 indivíduos que permitiu estudar os factores com impacto na probabilidade de os mesmos se tornarem auto-empregados. Conclui-se, assim, que neste país, e no período entre 1998 e 2010, se assiste ao decréscimo do

número de auto empregados, tendência que contraria o incremento da taxa de desemprego, verificando-se uma relação inversa entre estas duas variáveis, o que vai contra estudos e conclusões de outros autores. O perfil do auto-empregado em Portugal é, assim, alguém que não está desempregado (ou que, pelo menos, não estava nesta situação no ano anterior à tomada de decisão), pertence ao sexo masculino, tem um nível de educação baixo, experiência profissional e idade mais avançada. Além disso, a família desempenha também um papel aparentemente importante, já que o aumento da dimensão da mesma influencia positivamente a decisão de um determinado indivíduo se tornar auto-empregado. Contrariamente, indivíduos do sexo feminino, jovens, sem experiência, com elevados níveis de educação, solteiros (ou com o conjugue desempregado) e com filhos entre os 0 e os 6 anos apresentam menor propensão a optar pela via do empreendedorismo.

Posteriormente, realizou-se uma análise focada nas diferenças entre as várias regiões do país, uma área de investigação ainda muito pouco explorada neste país. Nesta fase foi possível comprovar que estas conclusões se mantêm praticamente inalteradas em todo o território, com algumas diferenças pontuais que não permitem, no entanto, comprovar a existência de factores estritamente regionais importantes no nosso país. A única região onde se observam diferenças mais acentuadas é a Região Autónoma da Madeira, mas mesmo aí as diferenças não são muito significativas. Ao contrário de conclusões de outros autores, factores como o grau de urbanização, a empregabilidade no sector secundário e o PIB *per capita*, aparentam, assim, não ter grande impacto na decisão de entrada no auto-emprego, apesar de zonas mais desenvolvidas oferecerem, tendencialmente, melhores condições de trabalho e melhores perspectivas de futuro.

As principais conclusões deste estudo vão de encontro às de autores anteriores, o que parece indicar que, apesar de algumas mudanças que têm acontecido no país em causa, não parecem ter havido mudanças estruturais de maior importância no mercado de trabalho, pelo menos no que concerne aos factores motivadores de entrada no auto-emprego. Parece existir, ainda, muito espaço para melhorias ou análises de diferentes perspectivas, sobretudo no que respeita à pesquisa relativa a Portugal. Assim, e a título de exemplo, parece ser pertinente aplicar um inquérito aos auto-empregados que permita isolar os factores que os levaram a tomar a decisão (um pouco a semelhança do

que é feito pela Comissão Europeia, mas com perguntas mais específicas e aplicadas ao nosso território), ou criar um modelo semelhante mas introduzir novas variáveis, o que iria certamente permitir chegar a resultados diferentes.

1. Introdução

Este estudo insere-se na temática dos determinantes do auto-emprego, um tema que, apesar da sua complexidade, se apresenta cada vez mais relevante e pertinente na sociedade actual, fruto da maior liberalização do mercado de trabalho e da mais fácil circulação entre espaços económicos. Assim importa, em primeiro lugar, compreender o que significa o termo “auto-emprego”, que, tal como o nome indica, pode ser entendido como a criação do próprio emprego. Deste modo, um auto-empregado é alguém que trabalha por conta própria, pelo que a noção de empreendedorismo também está sempre bastante presente.

Neste registo, desde os anos 80 que existe uma preocupação sobre os incentivos à criação do próprio emprego, tema que tem marcado presença recorrente em debates académicos e políticos sobre a crise do emprego típico e as medidas de combate ao desemprego. Esta questão parece ter cada vez mais relevância, tendo em conta a grave crise económica que se instalou, de forma generalizada, desde 2007, afectando algumas das maiores economias mundiais e alterando a tendência de hegemonia de países como os EUA. Com as empresas menos adaptadas a desaparecer e a taxa de desemprego a atingir valores recordistas em algumas das principais economias mundiais, o número de trabalhadores por conta própria parece aumentar, pelo que, o objectivo deste estudo passa por fazer um levantamento dos factores determinantes desta forma de emprego, nomeadamente no que respeita à questão da decisão de entrada neste tipo de actividade.

Assim, importa tentar compreender o que facilita ou incentiva alguém a criar o seu próprio emprego e estabelecer-se por conta própria, focando, sobretudo, um período relativamente recente. Todavia, parece ser importante realizar uma revisão de literatura, que permitirá conhecer as conclusões de autores que realizaram um estudo semelhante em períodos anteriores. Segue-se, assim, o resultado desta mesma revisão bibliográfica, que funciona como enquadramento do tema.

Posteriormente, realizar-se-á uma pesquisa empírica relacionada com a economia portuguesa, pesquisa essa que visa conhecer, tal como referido, os factores de entrada no auto-emprego, num país que tem, actualmente, uma das mais elevadas taxas de desemprego de sempre, verificando-se, ainda, o encerramento de inúmeras empresas que não conseguem pagar aos seus funcionários, fruto de uma má gestão, custos

elevados e a uma quebra na procura (com especial intensidade em sectores de bens não-essenciais). Com este aumento do número de desempregados, a afectar com especial intensidade os jovens recém-licenciados, o tema do auto-emprego adquire especial pertinência, já que pode ser encarado como uma forma de contornar estas dificuldades e entrar no mercado de trabalho.

Este estudo parece, assim, ser especialmente importante, uma vez que este país tem sido um dos mais afectados pela crise económica que se instalou desde 2001, altura em que se deu a chamada “crise *dot-com*” no sector da informática. Os efeitos desta quebra foram sentidos alguns anos mais tarde, no mercado do crédito à habitação dos EUA, onde se concediam empréstimos de alto risco (conhecidos como *subprime loans*). Em 2006, alguns bancos deixaram de conseguir suportar estes custos e declararam falência, dando assim início à crise financeira de 2007 que espalhou com rapidez a grande parte do sistema económico mundial e, obviamente, a Portugal.

Além desta análise, importa ainda apurar a existência ou ausência de diferenças no que respeita às várias regiões que compõem o território nacional, procurando compreender o que motiva essas mesmas diferenças. Um estudo focado nestas diferenças nunca foi feito em Portugal, pelo que poderá ser interessante e útil para definir políticas e observar possíveis bons exemplos.

Posto isto, no Capítulo 2 apresenta-se a revisão de literatura sobre o tema, numa escala global, dividindo os vários factores segundo a sua natureza (características individuais, factores macroeconómicos, regionais, factores de política económica e, finalmente, efeitos do sistema de protecção social). Posteriormente, no Capítulo 3, serão apresentados os resultados de uma pesquisa incidente no mesmo período, mas desta feita de autores ou estudos relativos a Portugal.

No Capítulo 4, será apresentado um modelo econométrico onde a variável dependente é a probabilidade de um determinado indivíduo ser auto-empregado, probabilidade essa que será estudada em termos globais. De seguida, serão analisadas as diferenças regionais no que concerne ao perfil do trabalhador por conta própria em Portugal, desta feita em termos regionais. Para estimar este modelo, recorreu-se ao “Inquérito ao Emprego” do Instituto Nacional de Estatística (INE), de onde se retirou uma amostra de 865,990 indivíduos, cujas características serão explanadas na secção indicada.

Finalmente, importa referir que as principais conclusões a retirar destas várias secções serão apresentadas no Capítulo 5, bem como as possíveis alternativas a estudar no futuro.

2. Revisão de literatura

Diversos autores procuraram estudar o que leva alguém a optar por entrar numa actividade independente em detrimento de todas as outras alternativas. Este é o caso de Boskin (1974) e Taylor (1999) que relacionam esta escolha com uma comparação entre custos e benefícios esperados associados à condição de trabalhador assalariado por oposição à de trabalhador por conta própria. Importa ainda referir que estes riscos e recompensas percebidos podem ser de natureza financeira e não financeira (Verheul et al., 2002).

Neste balanço entre custos e benefícios, a percepção do custo das alternativas tem um impacto significativo, sendo que pode ser influenciada por factores como o género, a idade, a nacionalidade, o nível de escolaridade, os antecedentes familiares e atitude face ao risco (Lucas, 1978; Kihlstrom e Laffont, 1979; Calvo e Wellisz, 1980; Fuchs, 1982; Borjas, 1986; Boyd, 1990; Lentz e Laband, 1990; Blanchflower e Meyer, 1994; Van Praag e Van Ophem, 1995; Cowling, 2000; Blanchflower et al., 2001; Cowling e Taylor, 2001; Casson, 2003; pelo capital financeiro e restrições de liquidez (Evans e Jovanovic, 1989; Holtz-Eakin et al., 1994b; Blanchflower e Oswald, 1998; Dunn e Holtz-Eakin, 2000), por variáveis relacionadas com a região na qual a actividade é desenvolvida (Spilling, 1996; Robson, 1998; Georgellis e Wall, 2000); por variáveis associadas ao percurso profissional do indivíduo, nomeadamente a experiência e a condição perante o trabalho antes da entrada no auto-emprego (Quinn, 1980; Long, 1982; Storey, 1982; Gill, 1988; Alba-Ramirez, 1994; Knight e McKay, 2000; Pfeiffer e Reize, 2000; Schuetze, 2000; Casson, 2003; Andersson e Wadensjö, 2006; Baumgartner e Caliendo, 2007); por factores de natureza institucional como o sistema de protecção social ou sistema fiscal (Blau, 1987; Casey e Creigh, 1988; Blanchflower e Oswald, 1991; Bosch et al., 1998; Centeno, 2000; Robson, 2003; Bruce e Schuetze, 2004; Carrol et al., 2000; Cullen e Gordon, 2002; Almus, 2004; Brouwer et al., 2005; Steinberg, 2005); e por variáveis relacionadas com o ciclo económico (Meager, 1992; Carrington et al., 1996).

Segue-se, assim, o conjunto dos efeitos esperados de algumas destas variáveis na decisão de entrada no auto-emprego, informação que será dividida em cinco secções: efeito das características individuais, efeito dos factores de natureza macroeconómica,

efeito dos factores de natureza regional, efeito dos diversos instrumentos da política económica e, finalmente, efeito do sistema de protecção social. Importa ainda referir que se excluem destas secções todos os estudos que se foquem na economia portuguesa, sendo que estes serão apresentados no capítulo seguinte, tal como já havia sido explanado na secção introdutória.

2.1 Efeito das características individuais

Uma das características que mais influencia a decisão de entrada no auto-emprego prende-se com a atitude perante o risco. Nas suas pesquisas, Kihlstrom e Laffont (1979) abandonam a hipótese de existência de homogeneidade nesta mesma atitude, pelo que entendem que a probabilidade de entrada no auto-emprego é mais elevada para os indivíduos menos avessos ao risco, os quais criariam também as empresas de maior dimensão. A forma como o indivíduo percepção o risco determina, assim, se o acréscimo de rendimento esperado é ou não suficiente para o fazer aceitar o risco adicional que existe em empregos deste tipo.

Por seu turno, Yun et al. (2002) realizam um estudo aplicado à Hungria, utilizando dados de meados da década de 90. O seu principal objectivo passou por, recorrendo a uma base econométrica, analisar os factores que determinam, não apenas a escolha entre emprego e auto-emprego, mas também a escolha entre trabalhar ou não trabalhar. Nesta última decisão, os factores determinantes apontados foram: a educação/formação (investir na educação tem como objectivo a prossecução de uma carreira de sucesso, pelo que esta variável aumenta a probabilidade de um determinado indivíduo optar por trabalhar), o estado civil (o casamento aumenta, também, a probabilidade de se optar por trabalhar, já que representa um incremento nas obrigações económicas e familiares), e, finalmente, o número de crianças abaixo dos 6 anos a cargo (que, no caso das mulheres, parece contribuir para a sua decisão de não trabalhar).

No que respeita à decisão entre emprego e auto-emprego, os factores determinantes apontados foram: a idade, a posição familiar, a educação e o sexo. À semelhança de estudos anteriores de Evans e Leighton (1990), os autores não encontraram uma relação significativa entre a decisão de criar um negócio e a idade. Este fenómeno pode ser explicado pela situação económica de transição que o país enfrentava, uma vez que os jovens, apesar de mais propensos ao risco, não dispunham de capital nem estabilidade

para optar pelo auto-emprego. Por outro lado, os indivíduos mais velhos, apesar de possuírem capital para iniciar um negócio, não estão dispostos a correr esse risco.

Este efeito não significativo observado no caso da idade verifica-se, ainda, no caso do sexo e da educação (contrariando estudos anteriores de autores como Earle e Sakova, 1999; Gill, 1988; Evans e Leighton, 1990). No que concerne à posição familiar, na Hungria a propensão ao auto-emprego parece estar directa e positivamente relacionada com posições de liderança ou de maior relevo no seio familiar. Finalmente, importa referir que neste país, e durante o período analisado, a diferença de ganhos entre empregados e auto-empregados não era significativa, o que demonstra que a escolha entre uma ou outra situação assentava em aspectos pessoais e não apenas financeiros.

No mesmo ano, Georgellis e Wall (2002) debruçaram-se, de forma semelhante, sobre os determinantes do auto-emprego, procurando sobretudo conhecer as diferenças entre géneros. Consideraram esta distinção importante e relevante, já que grande número dos estudos anteriores apenas se focava nos motivos de entrada neste tipo de actividade, esquecendo as diferenças que existem entre homens e mulheres, diferenças essas que podem influenciar as políticas a adoptar e os resultados obtidos. Utilizando dados do *German Socio-Economic Panel* (GSOEP), procuram compreender estas diferenças no mercado de trabalho alemão, fortemente segmentado e regulamentado. Esta segmentação dita que, por exemplo, o acesso a algumas ocupações seja limitado pela posse de determinados cursos ou formações complementares, que muitas vezes não são apelativos para as mulheres, o que limita as suas escolhas.

Assim sendo, e após análise cuidada dos dados, os autores verificam que os homens, que têm, regra geral, o acesso mais facilitado a empregos melhor remunerados, atribuem maior importância às diferenças salariais e de liquidez aquando da seleção pelo auto-emprego, enquanto que, para as mulheres, a flexibilidade em termos horários apresenta-se como o principal motivo, já que possibilita a consolidação da vida familiar e profissional. Além disso, denota-se, novamente, a importância de ter algum familiar com experiência anterior no auto-emprego, sendo que este factor volta a ser mais relevante para os indivíduos do sexo masculino.

Dois anos depois, Georgellis et al. (2005) publicaram um artigo bastante inovador, onde estudaram o efeito da riqueza e dos ganhos inesperados na decisão de iniciar um

negócio. O estudo incidiu sobre um conjunto de trabalhadores britânicos, inquiridos no *British Household Panel Survey* (BHPS), e permitiu retirar um conjunto de conclusões bastante interessantes. A principal prende-se com o facto de se verificar claramente a existência de restrições de capital, já que, *ceteris paribus*, os indivíduos mais ricos têm maior probabilidade de se tornarem auto-empregados, probabilidade que também aumenta com a ocorrência de rendimentos inesperados. Todavia, é curioso observar que a contribuição deste último factor apresenta um comportamento decrescente, ou seja, ganhos inesperados superiores contribuem cada vez menos para a decisão de enveredar pelo auto-emprego, até que, no limite, chegam a contribuir de forma negativa. Assim, um indivíduo mais rico que recebe um rendimento inesperado de elevado valor tem menor probabilidade de se tornar auto-empregado, o que vai de encontro às conclusões de autores anteriores.

Uma outra conclusão peculiar prende-se com o facto de distintas formas de rendimentos inesperados contribuírem de forma diferente para esta probabilidade. Dito isto, ganhar a lotaria (por exemplo) diminui o interesse pelo auto-emprego, sobretudo em indivíduos do sexo masculino, contrastando com o recebimento de heranças, que têm o efeito contrário. No entanto, os autores verificam que estas heranças tendem a dificultar o sucesso destes auto-empregados, diferindo, novamente, da situação dos ganhos da lotaria. No que respeita a diferenças entres sexos, ambos parecem optar pelo auto-emprego quando se encontram desempregados, sendo que as mulheres são aquelas que apresentam maior relutância em trocar o trabalho assalariado.

As conclusões deste artigo são importantes, sobretudo no que respeita às políticas de fomento deste tipo de emprego, que devem conhecer bem os alvos e objectivos dos seus programas, já que o aumento de capital parece nem sempre levar a um maior interesse por esta via profissional.

Por seu turno, Kawaguchi (2003) procurou estudar e compreender a baixa taxa de auto-empregados de origem afro-americana nos EUA, questão bastante relevante, quer em termos económicos, quer em termos sociais, já que esta forma de emprego é vista por muitos elementos de minorias como uma forma de alcançar melhores posições, evitando alguma discriminação que possa existir. De facto, esta alternativa da criação dos próprios negócios pode reduzir o risco de discriminação em empregos assalariados, pelo que deveria, teoricamente, ser mais procurada.

Verifica-se, todavia, que existe alguma discriminação por parte dos consumidores (teoria defendida por Borjas e Bronars, 1989) e por parte do mercado de crédito (segundo estudos de Blanchflower et al., 1998), discriminação essa que explica grande parte da discrepância existente entre estes indivíduos e trabalhadores de raça caucasiana. Estudos anteriores de Fairlie (1999) e Kim e Deltas (2002) corroboram estas conclusões, permitindo ainda verificar um aumento do número de auto-empregados à medida que a idade aumenta, o que pode ser explicado pela constituição de um maior rendimento por partes destes trabalhadores (eliminando, assim, a necessidade de recorrer ao mercado de crédito).

Kawaguchi (2003) foca-se, assim, nas hipóteses de discriminação apontadas pelos autores acima, procurando testá-las e actualizar a sua pesquisa. Observa, em primeiro lugar, um acréscimo do número de auto-empregados de ambas as raças, embora a diferença entre ambas permaneça bastante semelhante. Verifica, ainda, que nos indivíduos caucasianos, existem efeitos de auto-selecção negativos e positivos (sendo que o positivo acaba por prevalecer), situação que não se verifica no caso dos indivíduos afro-americanos.

Além disso, e talvez ainda mais importante, o autor compara os dois grupos tendo em conta a idade e educação e verifica que, nos indivíduos caucasianos, os 10% do topo (com mais idade e educação) que se tornam auto-empregados tendem a ganhar 10% mais que os 10% do topo com trabalhos assalariados, enquanto os indivíduos do grupo contrário tendem a ganhar menos 12,2%. Nos 10% inferiores (menos idade e menos educação), os auto-empregados caucasianos tendem a auferir 14% menos que os assalariados, percentagem significativamente inferior no caso dos indivíduos afro-americanos (3,3%). Novamente, é possível verificar um efeito de auto-selecção positivo e negativo no caso dos trabalhadores caucasianos, algo que não acontece no grupo contrário.

Parece, assim, e tendo apenas por base os estudos mencionados, existir um maior incentivo ao auto-emprego para os trabalhadores caucasianos, sendo que os afro-americanos com os rendimentos mais baixos se sentirão principalmente atraídos por esta forma de emprego, o que pode indicar a necessidade de criar leis que corrijam algumas destas falhas e permitam que exista uma maior igualdade nos incentivos à abertura de negócios.

Esta questão da etnia voltou a ser analisada posteriormente, desta feita por Lofstrom e Bates (2007). Utilizando dados relativos aos EUA e tipificando as diferentes indústrias como sendo de “entrada fácil” ou “entrada difícil” (tendo em conta o capital humano e financeiro que requeriam), os autores analisaram e compararam as taxas de entrada e saída do auto-emprego de indivíduos caucasianos e indivíduos de raça negra.

Tendo em conta a literatura, ter experiência, capital financeiro e educação caracterizam uma parte importante dos auto-empregados, podendo ainda definir o sucesso ou insucesso de cada negócio. Os níveis relativamente baixos de educação, capital inicial e experiências familiares dos indivíduos negros são utilizados para compreender o fosso que existe entre estes e os indivíduos de raça branca (uma diferença de aproximadamente 7,8%). Além do número inferior de negócios, a própria duração e sucesso tende a ser inferior, o que pode ser usado para explicar os baixos níveis de entrada e elevados níveis de saída no auto-emprego.

Analisando dados de 1996 a 2004, os autores chegam a um conjunto de conclusões. Em primeiro lugar, grande parte destes trabalhadores (independentemente da etnia) entra no auto-emprego através de sectores de “entrada fácil”, onde os níveis de capital inicial parecem não ter grande relevância. Isto significa que, nestes sectores, o fosso no que respeita a entradas e saídas neste tipo de emprego não pode ser explicado por diferenças a nível da educação ou capital. Verifica-se, assim, que a probabilidade de entrada no auto-emprego é bastante superior para indivíduos de raça branca, independentemente do sector analisado, o que vai contra as conclusões anteriores do *Panel Study of Entrepreneurial Dynamics* (PSED).

Segundo os dados do PSED, existia um número superior de indivíduos negros envolvidos em processos de criação de negócios e com expectativas de futuro. Comparando os dados dos dois estudos é possível compreender que muitos destes “futuros auto-empregados” não conseguiram atingir os seus objectivos, o que pode ser atribuído a dificuldades financeiras, mas apenas no que respeita a actividades em sectores de “entrada difícil”. Espera-se, assim, que no futuro este fosso diminua, com o aumento do número de auto-empregados negros em sectores de “entrada difícil”, uma tendência que foi verificada pelos autores e que tenderá a continuar, resultando numa redefinição do empresário negro, agora com mais ambição, educação e capital. Para efeitos deste estudo, o essencial a reter é que indivíduos de raça negra têm, actualmente,

uma menor probabilidade de se tornarem empresários, sobretudo em sectores que exijam maior educação e capital.

Dois anos depois, Dawson et al. (2009) publicaram um artigo com os resultados de um estudo que fizeram a um conjunto de auto-empregados no Reino-Unido (num período entre 1999 e 2001), com o objectivo principal de conhecer as motivações e os factores que foram valorizados por estes mesmos trabalhadores quando optaram por esta forma de emprego. Esta questão é bastante pertinente uma vez que existem escassos estudos acerca do que leva realmente um indivíduo a optar pelo auto-emprego em detrimento de todas as outras formas: será em último recurso, será pela necessidade de ter independência, será pelo reconhecimento?

Importa, assim, saber se estes trabalhadores fizeram uma escolha livre e consciente, motivados por uma maior independência e ganhos percebidos, ou se simplesmente não tiveram acesso a outra alternativa mais aliciante. Segundo os dados obtidos pelos autores, estes auto-empregados apresentam um conjunto de motivações bastante variado, sublimando a heterogeneidade que existe entre si. Podemos, assim, agrupar as motivações apontadas nos seguintes “grupos”: o surgimento de uma oportunidade para iniciar um negócio (bem como a existência de recursos para o fazer), o tipo de profissão anterior (uma actividade mais independente e com maior grau de responsabilidade conferem uma maior estabilidade percebida ao optar pelo auto-emprego) e, finalmente, o interesse por um estilo de vida mais independente e que permita conjugar, de forma mais satisfatória, a vida pessoal com a vida profissional.

Verificam-se, assim, alguns padrões de resposta significativamente diferentes neste grupo heterogéneo. No caso das mulheres, indivíduos mais velhos e trabalhadores pertencentes a minorias étnicas, a motivação principal é a prossecução de um estilo de vida mais independente ou com determinadas regalias no que respeita à vida familiar.

No que respeita a indivíduos com maiores níveis de educação, o auto-emprego tende a ser visto positivamente, ou seja, como uma oportunidade de ter acesso a melhores condições de trabalho, reconhecimento e rendimentos acima da média. Contrariamente, indivíduos com um nível educacional inferior apontam a entrada no auto-emprego como um último recurso, ou seja, uma escolha óbvia em detrimento do desemprego. Além disso, apresentam uma maior probabilidade de escolher esta forma de ocupação para

entrar num negócio de família, o que pode justificar a “falta de interesse” em investir na educação, já que entendem ter emprego garantido. No entanto, este falso sentimento de segurança pode levar a maus desempenhos, tal como indicam os estudos de Van Reenen and Bloom (2007), segundo os quais é menos provável um negócio familiar apresentar as práticas de gestão mais correctas ou indicadas, podendo levar ao insucesso prematuro.

Além disto, as competências que aumentam a qualidade de um trabalhador por conta de outrem não são as mesmas que potenciam o sucesso de um empreendedor (Casson, 2003). Uma elevada escolaridade não é suficiente para garantir que um indivíduo seja um bom empreendedor ao contrário do que acontece com os trabalhadores por conta de outrem. Assim, apesar da predominância de estudos empíricos que encontram uma relação positiva entre nível de escolaridade e a entrada no auto-emprego, existem alguns que apontam no sentido contrário.

Importa ainda referir que a grande maioria dos inquiridos por Dawson et al. (2009) responderam ter entrado no auto-emprego por motivos positivos, excluindo a hipótese de que era maioritariamente um último recurso. Todavia, importa compreender que, no período em análise, o Reino Unido atravessava um período de expansão e crescimento económico, o que pode ter enviesado as conclusões. A conclusão principal prende-se, então, com a heterogeneidade que se verificou entre este grupo de trabalhadores, corroborando a ideia de que as políticas que visem fomentar o auto-emprego devem ter em mente os vários grupos de pessoas e as suas diferentes motivações.

No ano seguinte, Fritsch e Rusakova (2010) procuraram relacionar a escolha pelo auto-emprego com características de personalidade de cada trabalhador, utilizando dados do GSOEP. O objectivo era medir, simultaneamente, o impacto de factores de natureza socioeconómica e psicológica, algo que não havia sido feito com extensivo detalhe até à data. Para tal utilizaram a chamada “Abordagem dos Cinco Factores” ou *The Big Five Approach*, elaborada anteriormente por Costa e McCrae (2003). Esta abordagem inclui, tal como o nome indica, cinco dimensões: comportamento extrovertido, abertura a novas experiências, comportamento amistoso, consciência e estabilidade emocional.

Diversos autores já tinham anteriormente utilizado esta abordagem nos seus estudos, como é o caso de Schmitt-Rodermund (2004), que observou que o espírito de

empreendedorismo está relacionado com elevada disponibilidade para novas experiências, comportamento extrovertido e consciência de mercado. Importa ainda referir que, seguindo as conclusões de Costa et al. (2003) e Borghans et al. (2008), assume-se que, embora estas características pessoais afectem a propensão para o auto-emprego, não sofrem qualquer alteração decorrente de uma experiência deste tipo (ou seja, o facto de o indivíduo ter uma determinada experiência como auto-empregado não altera estas 5 características principais).

Utilizando este modelo, Fritsch e Rusakova (2010) observam que indivíduos com maior espírito empreendedor apresentam pontuações bastante elevadas no que respeita ao comportamento extrovertido, abertura a novas experiências e estabilidade emocional, apresentando valores baixos nos restantes indicadores. Finalmente, os autores procuraram, ainda, relacionar estas descobertas com os vários tipos de profissões, corroborando a sua hipótese inicial de que, por um lado, a atractividade do auto-emprego varia bastante consoante as profissões (acabando por ser quase independente das características individuais) e, por outro lado, um indivíduo que possua traços de personalidade propensos ao auto-emprego, tenderá a optar por uma profissão ou sector onde este é mais abundante ou usual.

Esta conclusão aponta para a existência de factores relacionados com a oferta que afectam a escolha dos indivíduos, situação que havia sido negligenciada por alguns autores. Dois anos antes, Brown et al. (2008) tinham elaborado um estudo econométrico utilizando dados do *U.S. Survey of Consumer Finances* (SCF), com o objectivo de verificar a importância das diferenças nas características pessoais (entendidas como diferenças do lado da procura) e das características do próprio emprego (entendidas como diferenças do lado da oferta).

Esta análise permitiu retirar um conjunto de conclusões importantes, já que, em primeiro lugar, é possível comprovar a existência de características individuais que influenciam a escolha pelo auto-emprego, características essas que vão de encontro a literatura anterior. Assim, verificam que ser mais velho, do sexo masculino, casado, caucasiano e propenso ao risco aumenta significativamente a probabilidade do indivíduo optar pelo auto-emprego.

No que respeita à educação, a literatura anterior apontava para conclusões conflituosas, com alguns autores a defender que estava inversamente relacionada com a dinâmica em estudo, enquanto outro defendiam que maiores níveis de educação tornavam a pessoa mais capaz de suceder nesta via. Brown et al. (2008) concluem, de facto, que a educação está positivamente relacionada com o auto-emprego, excepção feita nos casos em que os indivíduos possuam o equivalente ao 12º ano ou menos.

No que concerne às diferenças do lado da oferta (como melhores condições de trabalho, por exemplo), aparentam ser bastante mais relevantes do que seria de esperar. No entanto, em todos os casos estudados, a sua magnitude acaba por ser ultrapassada pelas características individuais (ou seja, uma característica de personalidade suficientemente forte pode facilmente ultrapassar um efeito negativo do lado da oferta).

2.2 Factores de natureza macroeconómica

A relação entre auto-emprego e a evolução do ciclo económico recebeu, desde cedo, elevada atenção pela sua importância e pertinência em termos de política económica. Diversos estudos procuram analisar de que modo as oscilações nas taxas de desemprego se repercutem na opção pelo desenvolvimento de uma actividade por conta própria.

Os programas de estímulo à criação do próprio emprego têm, para os decisores políticos, duas dimensões positivas: uma de natureza directa (quando um desempregado inicia uma actividade por conta própria, contribui para a diminuição da taxa de desemprego) e outra de natureza indirecta (associada ao facto de algumas destas novas empresas poderem vir a criar mais postos de trabalho). No entanto, para avaliar os efeitos líquidos destas políticas é necessário ter em conta a probabilidade de sucesso dos negócios desenvolvidos pelos desempregados. Esta questão é pertinente para ponderar o esquema de apoios que lhes são concedidos.

Num período de recessão económica, o número de vagas de trabalho assalariado disponíveis é menor. Nesse sentido, a entrada no auto-emprego tem um custo de oportunidade inferior, aumentando a probabilidade desta via ser escolhida pelo indivíduo (*unemployment push*). No entanto, um negócio iniciado num período de crise económica tem menor probabilidade de ser bem sucedido, tornando-se por isso mais

arriscado. Nesta fase do ciclo, as empresas enfrentam mais dificuldades devido ao abrandamento da procura, o que tenderá a afectar com maior intensidade as empresas em início de actividade. A menor probabilidade de sucesso do negócio afasta alguns desempregados desta via (*unemployment pull*).

A influência do ciclo económico na probabilidade de entrada no auto-emprego depende, assim, de qual dos dois efeitos é dominante (*unemployment pull* ou *unemployment push*). Os estudos que abordam a entrada no auto-emprego avaliam normalmente o sinal desta relação, sendo que os resultados apontam em direcções distintas.

Dois anos depois, Thurik et al. (2007) desenvolveram um estudo particularmente interessante para países onde (como é o caso de Portugal) a taxa de desemprego é bastante elevada, uma vez que procuraram descobrir se o autoemprego tem algum efeito redutor nesta mesma taxa. A relação entre estas duas variáveis já tinha sido alvo de bastantes estudos, como, por exemplo, Oxenfeldt (1943), Blau (1987), Evans e Jovanovic (1989), Evans e Leighton (1990), Blanchflower e Meyer (1994), entre outros, tendo-se verificado a existência de dois importantes fenómenos: o *unemployment push* ou *desperation effect* (quando o desemprego aumenta, diminui o custo de oportunidade de começar um negócio, o que justifica o aumento do número de empresários) e o *entrepreneurial effect* (o aumento do número de empreendedores leva à diminuição do desemprego em períodos subsequentes).

Os auto-empregados, não só deixam de fazer parte das fileiras dos desempregados, como ainda contribuem de forma bastante positiva noutros aspectos, como a introdução de novos produtos e métodos de produção ou ainda através da contratação de outros desempregados. Os autores procuraram, assim, medir a intensidade dos dois efeitos referidos na secção anterior. Para tal criaram um Modelo Vectorial Autoregressivo (VAR) com duas equações, utilizando dados de 23 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) relativos ao período entre 1974 e 2002. As suas conclusões apontam para uma predominância do *entrepreneurial effect*, criando alguma ambiguidade e dualidade de opiniões: alguns peritos defendem que é preciso incentivar os desempregados a iniciar um negócio, enquanto outros defendem que o essencial é fomentar o crescimento económico, permitindo que as empresas mais resistentes e sólidas “resolvam” a questão do desemprego.

Finalmente, os autores verificaram ainda a existência de uma relação importante entre o ciclo económico e o autoemprego. Esta última variável parece, assim, apresentar um comportamento pró-cíclico (quando a economia está em expansão, a procura e o número de oportunidades aumenta, o que leva a um incremento do número de empreendedores) e, simultaneamente, contra-cíclico (quando a economia está mais debilitada, o número de desempregados tende a ser maior, o que, segundo o *desperation effect*, significa que existe um maior interesse pelo auto-emprego).

Jensen et al. (2003) publicaram um artigo onde procuraram compreender se o auto-emprego era utilizado como último recurso pela população imigrante em períodos de crise. Tendencialmente, os autores verificaram que a taxa de auto-empregados neste tipo de população parece ser significativamente superior. Isto pode significar que, por um lado, os imigrantes têm determinadas características que os tornam mais propensos a este tipo de emprego, ou, por outro lado, encontram barreiras no mercado de trabalho que os “empurram” para esta situação. Este tipo de auto-empregados marginalizados já havia sido estudado anteriormente por Schultz-Nielsen (2001), autor que entrevistou cerca de 232 imigrantes auto-empregados na Dinamarca, sendo que 18% admitiu estar nessa situação devido à impossibilidade de encontrar outro emprego.

Utilizando um modelo de probabilidades de transição entre 3 estados (auto-empregado, empregado e desempregado), os autores confirmam a sua teoria de que muitos imigrantes no mercado de trabalho Dinamarquês recorrem ao auto-emprego como último recurso, verificando-se uma incidência particularmente elevada nos indivíduos provenientes da Turquia, Vietname e Irão. Neste grupo, mais de 50% dos imigrantes foram marginalizados, já que características individuais parecem não ter efeito na escolha, ou seja, as barreiras encontradas deveram-se a factores como discriminação ou barreiras linguísticas.

Nos restantes imigrantes, a escolha pelo auto-emprego parece ser motivada por experiências anteriores ou pelo desejo de encontrar um trabalho assalariado, vendo esta situação como um estado intermédio e temporário, necessário para atingir um objectivo que entendem como sendo mais estável e recompensante.

2.3 Factores de natureza regional

Um dos factores que parece influenciar a escolha pelo auto-emprego é o espaço regional de inserção. De facto, vários estudos revelam que, na maioria dos países, existem diferenças consideráveis nas taxas regionais de auto-emprego, as quais tendem a persistir no tempo. As explicações avançadas para estas assimetrias incluem os preços praticados no mercado imobiliário (Robson, 1998) e factores de natureza histórica e cultural (Reynolds et al., 1994; Spilling, 1996; Georgellis e Wall, 2000). Um contexto no qual o empreendedorismo seja valorizado e no qual o fracasso de uma actividade independente seja percebido como natural contribui para fomentar o empreendedorismo (OCDE, 1998).

Em termos de pesquisa sobre a importância de factores regionais ou geográficos para a escolha do auto-emprego, os estudos publicados por Moro et al. (2003) adquirem algum destaque no panorama internacional. Estas autoras publicaram um estudo acerca dos factores determinantes do auto-emprego no Brasil, tentando, simultaneamente, compreender a importância das diferenças geográficas e espaciais. Para atingir este objectivo, utilizaram dois métodos ou duas abordagens principais: a *Exploratory Spatial Data Analysis* (ESDA) e a Econometria Espacial. Os seus estudos provaram que, pelo menos no caso do Brasil, não existe uma homogeneidade no que respeita a taxas de auto-emprego, verificando-se a existência de diversos padrões em determinadas zonas geográficas.

Na base da existência destes padrões, as autoras apontaram factores como o grau de urbanização, a empregabilidade no sector secundário e o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*. Assim, e à semelhança dos estudos de Noorderhaven et al. (1999), as autoras dividiram o país em duas regiões principais: o Norte e Nordeste (composto por regiões menos desenvolvidas e com menores taxas de auto-empregados) e o Sul, Sudeste, Centro e Oeste (composto por regiões mais desenvolvidas e com maior número de auto-empregados), comprovando a sua teoria inicial de que o nível de desenvolvimento de uma determinada zona está significativamente relacionado com a sua propensão à criação de negócios. Zonas mais desenvolvidas oferecem melhores condições de trabalho e perspectivas de futuro, sendo ainda caracterizadas por maiores níveis de educação e, mais importante ainda, por trabalhadores com mais capital para iniciar negócios.

Bruder e R athke-D oppner (2008) procuraram realizar um estudo semelhante, aplicado   Alemanha num período de 2001 a 2005. No entanto, e além de o objectivo principal ser apurar as diferenças regionais, os autores centraram-se na popula o imigrante e pertencente a minorias étnicas. Esta escolha, segundo consta no artigo, tem que ver com o acréscimo, não são da popula o estrangeira, mas também do número de empregados em negócios detidos pelos mesmos.

Com base no *Statistics of Business Notifications* (SBN) e analisando dados referentes a 440 regiões administrativas do país, apuram que a cria o de negócios por partes destes indivíduos está fortemente relacionada com o crescimento e densidade populacional, bem como pela percentagem de estrangeiros na popula o total (que pode facilitar a sua aceita o e, simultaneamente, assegurar uma maior procura inicial para o negócio a formar). Além disso, uma idade média da popula o mais elevada parece também influenciar positivamente a decisão de enveredar pelo auto-emprego.

No que respeita às condi es do mercado de trabalho, consideram surpreendente comprovar que o aumento da taxa de desemprego nem sempre se traduz no aumento do número de auto-empregados, excep o feita no caso do desemprego de curta dura o. Outra conclusão surpreendente prende-se com as diferenças no crescimento económico das regiões, que não parecem afectar as dimensões em estudo.

Fairchild (2007), por seu turno, estudou as dinâmicas de segrega o geográfica do auto-emprego nos EUA, atentando no caso dos indivíduos de raça negra. Para conseguir resultados cr dveis, cruzou a “teoria da assimila o espacial” e a “teoria das desvantagens do mercado de trabalho”.

O seu modelo permitiu-lhe verificar a existência de uma rela o contrária entre a segrega o de negros-brancos e o incremento do estatuto socioecon mico. Assim, numa zona metropolitana onde exista uma grande segrega o entre indivíduos das duas raças, a probabilidade de um indivíduo de raça negra optar pelo auto-emprego aumenta. Esta conclusão vai de encontro   literatura anterior, segundo a qual quanto mais lento for o processo de assimila o de uma determinada minoria, maior   a probabilidade de os seus membros optarem pelo auto-emprego.

Fairchild (2007) atribui, ainda, grande importância ao estudo das diferenças entre as várias minorias e os seus níveis de segrega o, algo pouco estudado e que pode ter

impactos significativos nas políticas a adoptar em países onde estes grupos têm grande preponderância.

Tamvada (2008) estudou a importância da localização geográfica como determinante microeconómico na escolha pelo auto-emprego, desta feita na Índia. Em estudos anteriores dos mercados de trabalhos de países em desenvolvimento com características semelhantes, muitos autores optaram por dividir os trabalhadores em dois sectores (o formal e o informal), sendo que este último é constituído por trabalhadores que se decidiram pelo auto-emprego porque foram excluídos do mercado de trabalho alternativo (a chamada *disadvantage theory*).

Todavia, autores como Chiswick (1976), Majumdar (1981) e Mohapatra et al. (2007) refutaram esta teoria nos seus estudos, concluindo que os indivíduos nestes tipos de países em desenvolvimento optam pelo auto-emprego quando percebem a existência de vantagens competitivas. Tamvada (2008) opta, ainda, por não fazer distinção entre o sector formal e informal, distinguindo apenas os sectores agrícolas e não agrícolas.

Utilizando métodos de inferência Bayesianos, Tamvada (2008) verifica que existem núcleos espaciais onde o auto-emprego é mais atractivo, bem como uma significativa heterogeneidade entre o Norte e o Sul. No entanto, estas diferenças eram menos significativas quando se consideravam apenas indivíduos em sectores não relacionados com a agricultura, onde estes núcleos se encontravam bastante mais dispersos. Estes padrões eram, ainda, inversamente relacionados com o PIB *per capita* de cada região, sublinhando, ainda, a existência de uma relação não linear entre a riqueza, a idade e a probabilidade de optar pelo auto-emprego.

Em qualquer um dos sectores, o facto de um trabalhador ser casado influencia positivamente a sua escolha pelo auto-emprego, algo que já não se verifica na variável “educação”. Esta tem, assim, um efeito contrário em cada um dos sectores, influenciando positivamente a escolha pelo auto-emprego nos sectores agrícolas, mas apresentando um efeito negativo nos restantes (o que vai de encontro a conclusões anteriores).

Guerra e Patuelli (2010) voltaram a estudar a questão do auto-emprego dos imigrantes na Suíça, procurando compreender o efeito da existência de modelos nas proximidades

geográficas. O tema mereceu atenção já que, neste país, os empregados estrangeiros representavam uma elevada parcela da força de trabalho, mas apresentavam um interesse muito mais reduzido pelo auto-emprego, quando comparados com trabalhadores na mesma situação noutros países.

Utilizando dados com elevada desagregação geográfica provenientes de Censos do ano 2000, os autores construíram um modelo autorregressivo espacial, incluindo a taxa de auto-empregados nativos do país, comprovando a existência de *spill-overs* por parte de indivíduos que já se encontravam nesta forma de emprego. Verificaram, assim, que a presença destes empreendedores influenciava activamente as decisões dos restantes, motivando a sua escolha, sendo que estes efeitos aparentam, ainda, ser bastante mais intensos a nível local (desaparecendo quase totalmente numa barreira aproximada de 60km), propagando-se com as interações sociais de primeiro grau. Além disso, comprovaram ainda a existência de um conjunto de “pré-requisitos” que atrai os imigrantes para o auto-emprego, e que parece diferir entre zonas rurais e zonas urbanas.

2.4 Política económica

Existem vários instrumentos de política económica que condicionam a utilidade que os indivíduos atribuem a cada escolha ocupacional, influenciando as transições que ocorrem no mercado de trabalho, como sejam: o sistema fiscal, o salário mínimo, a legislação laboral, o nível de burocracia associado à criação de novas empresas, os subsídios à criação do próprio emprego ou empresa, entre outros.

A diferença no tratamento tributário dos rendimentos dos trabalhadores assalariados e dos trabalhadores independentes foi referida por Blau (1987) como factor explicativo do aumento das taxas de auto-emprego na economia norte-americana. Schuetze (2000) sugere que a subida das taxas marginais de imposto sobre o rendimento incentiva as actividades por conta própria em detrimento do trabalho assalariado. Segundo estes autores, a justificação para este fenómeno está no facto de ser mais fácil para os trabalhadores independentes subdeclararem os seus rendimentos, o que lhes permite pagar menos impostos. De facto, estudos de Carroll et al. (2000), Cullen e Gordon (2002) e Bruce e Schuetze (2004) mostram que o número de indivíduos que escolhem

actividades independentes aumenta quando os rendimentos pessoais são tributados com taxas relativamente mais elevadas que as aplicadas aos rendimentos empresariais.

Nalguns países (como a Alemanha e Portugal) são, ainda, atribuídos subsídios aos desempregados para criação do próprio emprego. O recebimento deste montante financeiro fomenta a entrada no auto-emprego por aqueles que não conseguem encontrar um emprego assalariado que ofereça um salário superior ao seu salário de reserva e/ou que requeira o seu tipo de competências. Os efeitos da atribuição destes subsídios foram analisados por Pfeiffer e Reize (2000), Almus (2004), Baumgartner e Caliendo (2007). Ao contrário do primeiro, os outros dois estudos apontam para um impacto positivo deste tipo de medidas no crescimento do emprego e para que estes apoios sejam uma solução para o problema inicial de desemprego dos seus beneficiários.

Este papel das instituições, sobretudo no que respeita aos impostos, foi estudado mais tarde por Lalumia (2009). A autora procurou saber se o *Earned Income Tax Credit* (EITC) e as suas mudanças têm alguma influência no número de desempregados e, sobretudo, nos rendimentos que declaram. O EITC pode ser entendido como uma espécie de subsídio para indivíduos com rendimentos baixos, tendo aumentado significativamente o emprego entre mães solteiras e com baixos níveis de educação e formação. Este efeito é bastante conhecido e documentado. LaLumia (2009) recolheu dados de 1984 a 1998 e procurou relacionar o EITC com o IRS declarado.

A autora comprova que existe um maior incentivo ao aumento do rendimento declarado em auto-empregados com filhos, já que o subsídio efectivo a receber também aumenta. Assim sendo, e tendo em conta o objectivo deste estudo, a conclusão principal a retirar é que existe um incentivo positivo ao auto-emprego, embora exista, também, o risco de alguns auto-empregados “sobre-declararem” os seus rendimentos. Este fenómeno não foi estudado pela autora, mas já havia sido referenciado anteriormente por Steuerle (1991).

Roberto Torini (2002) procurou estudar a importância das instituições na percentagem de auto-empregados, cruzando dados de diferentes países da OCDE e das suas respectivas indústrias e sectores. Elaborou, assim, uma regressão que procurava explicar as grandes disparidades existentes entre alguns países, focando-se em 5 variáveis

principais: dimensão do sector público, regulação dos mercados, impostos, contribuições sociais e, finalmente, o Índice de Corrupção Percebido (ICP).

Utilizando dados de 1970 a 2000, chegou à conclusão que, em países onde o sector público é muito vasto e o ICP é menor, parece haver um menor incentivo à criação de negócios, situação inversa no caso de países com uma maior taxa de corrupção, impostos e contribuições sociais. Assim, o auto-emprego é visto por muitos como uma forma de “escapar” aos impostos e contribuições sociais e conseguir algum rendimento extra. O autor preocupou-se, ainda, em estudar o caso particular de Itália, país onde a taxa de indivíduos auto-empregados se destacava (tal como já havia sido estudado anteriormente por Sestito, 1989). Este país apresentava, tal como Torini (2002) pôde confirmar, uma combinação “perfeita” dos factores estudados anteriormente, já que existia um elevado ICP e uma elevada incidência de impostos e contribuições sociais.

Itália tinha ainda outros factores tidos como impulsionadores do auto-emprego, relacionados com a regulação bastante forte dos mercados. O exemplo mais claro é o sector das vendas a retalho, já que eram os próprios comerciantes (em conjunto com o Presidente da Câmara e representantes de outras instituições) que decidiam o número máximo de lojas que poderiam existir, eliminando, assim, a concorrência de outras empresas de grande dimensão e fragmentando o mercado. Além disso, o país começava a apresentar uma elevada taxa de falsos “auto-empregados” que, tal como já foi referido, acabavam por estar economicamente dependentes de outras entidades, que conseguiam assim ter acesso a deduções fiscais.

Três anos depois, Sarpe e Neculita (2005) apresentaram os resultados do seu “Projecto Auto-Emprego”, que tinha como grande objectivo a promoção desta actividade, tentando compreender a situação no período em estudo, bem como a importância da existência de serviços de apoio para quem começou ou pensa começar um negócio.

As autoras debruçaram-se, assim, sobre quatro países (Polónia, Roménia, Finlândia e Áustria), procurando saber, em primeiro lugar, se existia uma definição clara de auto-empregado, e, em segundo lugar, quais os apoios prestados a estes trabalhadores. Nos primeiros dois países, não existia uma definição clara de auto-emprego, pelo que também não existiam quaisquer serviços que visassem apoiar ou incentivar esta via profissional. Assim, uma parte importante destes auto-empregados actuava na

“economia subterrânea”, utilizando estes rendimentos extra para viver a vida com um pouco mais de conforto.

Na Finlândia e na Áustria, por outro lado, verificou-se um incremento do número absoluto e relativo de auto-empregados, constituindo uma fatia significativa da força de trabalho. Denota-se, assim, uma clara preocupação com as definições, apoios, direitos e deveres destes trabalhadores, o que, indubitavelmente, tem contribuído para um relativo avanço económico. Assim, parece ser importante que exista uma transferência de práticas e conhecimentos de países onde o auto-emprego já está bastante mais desenvolvido, o que contribuirá para o aumento do número de negócios, para melhores relações e para uma maior concorrência no sistema económico.

No ano seguinte, Muehlberger e Pasqua (2006) publicaram um artigo intitulado “*Workers on the Border between Employment and Self-employment*” que, tal como o título indica, tinha como objectivo estudar o incremento do número de trabalhadores que se encontrava no limite entre emprego e auto-emprego em Itália, procurando explicar o fenómeno e compreender as consequências. Verificaram que, nas últimas duas décadas, o número de empresas a recorrer ao *outsourcing* tinha aumentado significativamente, o que se traduzia, muitas vezes, na existência de empregados que, embora tivessem alguma autonomia, se encontravam economicamente dependentes da “empresa-mãe”, respeitando, ainda, uma hierarquia bastante delineada.

Segundo os dados que trataram, este tipo de trabalhadores representava entre 1,8% e 5,3% do total da população activa do país. A situação é preocupante uma vez que grande parte destes trabalhadores acaba por estar bastante próximo da situação de “empregado”, mas não beneficia de certas regalias do sistema de segurança social, sendo, de certa forma, discriminado pelas leis do trabalho. São, tendencialmente, jovens bastante qualificados e que esperam deste modo conseguir entrar no mercado de trabalho e ter acesso a posições mais promissoras, o que nem sempre acontece.

Utilizando um modelo de regressão linear multinomial, os autores isolam alguns factores de risco que aumentam a probabilidade de um trabalhador se tornar “auto-empregado dependente” e que se prendem, sobretudo, com a idade (a probabilidade diminui à medida que a idade aumenta), estado civil (pessoas casadas têm menos probabilidades de se encontrar nesta situação), posição ocupada (quem já ocupa lugares

cimeiros na “escada empresarial”, dificilmente se tornara dependente) e nível de educação (tal como já foi referido, grande parte desta força de trabalho é composta por jovens com elevadas qualificações). Finalmente, verifica-se que uma grande parte da população feminina que procura uma ocupação em *part-time* acaba por escolher esta situação de “autoemprego dependente”.

Apesar da importância destas conclusões, a verdade é que não podem ser extrapoladas para a totalidade dos casos, já que parecem existir grandes discrepâncias entre países. Um exemplo disto mesmo é o caso do Reino Unido, onde se verifica que são os trabalhadores mais velhos, casados e com menos qualificações que têm maior probabilidade de recorrer a este tipo de emprego. Independentemente disso, o facto é que muitos destes trabalhadores vêm os seus direitos e regalias em risco, o que suscita a necessidade de criar leis e políticas mais rígidas e fiscalização mais apertada, o que poderia tornar esta situação mais atractiva.

Delmar et al. (2008) interessaram-se, de forma bastante semelhante, por estudar o número de “falsos auto-empregados”, que definem como sendo trabalhadores independentes que continuam a responder a receber ordens de posições de chefia, das quais continuam a depender. Para tal utilizaram uma base de dados com informações relativas às relações de empregados-empregadores na Suécia, num período de 12 anos (1990 a 2002). As suas conclusões apontam para um ligeiro aumento do número de trabalhadores nesta situação e, mais importante ainda, para uma decisão de entrada no auto-emprego que parece ser mais complexa do que se pensava, uma vez que grande parte destes trabalhadores acaba por combinar o auto-emprego com um emprego assalariado.

Outra conclusão importante tem que ver com o número de trabalhadores que consegue combinar com sucesso as duas situações acima descritas, o que pode representar um rendimento bastante superior aquele que seria obtido se existisse uma focalização num só tipo de actividade. Esta conjugação permite, ainda, combater o desemprego e facilitar a transição de/ou para o auto-emprego, pelo que, a probabilidade de um indivíduo optar por este tipo de trabalho pode estar relacionada com a facilidade em conciliar estas duas situações.

2.5 Sistema de Protecção Social

Os efeitos do sistema de protecção social tendem a ser analisados numa perspectiva principalmente macroeconómica, explorando os efeitos do nível de contribuição para a segurança social na entrada no auto-emprego pelos custos que impõe ao novo empregador. Steinberger (2005) concluiu que um nível mais elevado de contribuição teria um efeito negativo na taxa de auto-emprego, devido aos encargos que esta protecção acarreta para o empregador. No entanto, não existe evidência de que os níveis de protecção relativa dos trabalhadores por conta própria face aos trabalhadores por conta de outrem expliquem essas taxas.

Blau (1987) procura explicar a tendência de longo prazo de aumento das taxas de auto-emprego através de um conjunto de dimensões nas quais engloba o sistema de protecção social. Neste estudo, os efeitos da segurança social são equacionados principalmente ao nível dos trabalhadores que se encontravam perto da idade de reforma. Esta mesma relação foi estudada por Bosch et al. (1998) com base nas respostas a um inquérito (realizado a indivíduos que abandonaram um trabalho por conta de outrem para se estabelecerem por conta própria) sobre as barreiras à entrada com que se haviam deparado. A incerteza sobre o rendimento e a Segurança Social foram factores aos quais os indivíduos inquiridos atribuíram maior importância.

À luz do modelo de escolha ocupacional, o sistema de protecção social é um dos factores a ter em conta na determinação da situação profissional em duas situações: quando as taxas de contribuição para a segurança social são distintas para os dois grupos (no caso dos trabalhadores por conta de outrem há uma repartição dos encargos entre o trabalhador e o empregador enquanto que, no caso dos trabalhadores independentes, estes suportam ambas as partes, pelo que a taxa de contribuição é, por regra, superior) e quando a protecção social oferecida aos trabalhadores por conta de outrem e por conta própria forem distintas, diferindo nos riscos cobertos e/ou na duração da cobertura dada. Neste registo, os custos mais elevados, a protecção de menos riscos e/ou por menos tempo favorecem a escolha do trabalho assalariado.

No caso da economia portuguesa, os trabalhadores independentes são abrangidos pelo regime geral de protecção social podendo escolher o esquema alargado ou o esquema obrigatório. Em qualquer dos sistemas, as taxas de contribuição são superiores às dos

trabalhadores por conta de outrem, sendo que a opção pelo regime alargado permite aos trabalhadores independentes terem uma protecção muito similar à dos trabalhadores por conta de outrem. As diferenças residem no facto dos primeiros não disporem de protecção no desemprego e do subsídio de doença lhes ser atribuído por um período mais curto do que aos trabalhadores assalariados.

Por seu turno, Velamuri (2009) preocupou-se com o estudo do auto-emprego nas mulheres dos EUA, procurando, acima de tudo, compreender se o acesso aos cuidados de saúde (através do plano do marido ou através do *Tax Reform Act* de 1986 (TRA1986) que introduziu um subsídio para os auto-empregados) influencia a decisão de enveredar por este tipo de carreira profissional. As suas conclusões foram bastante interessantes: por um lado, nas últimas décadas verifica-se um aumento do número absoluto de mulheres auto-empregadas, e por outro, o número de mulheres sem acesso aos cuidados de saúde por parte do esposo que optam por esta via profissional aumentou significativamente após 1986 (entre 9% e 25%, dependendo do tipo de análise que se utiliza).

O incremento do número absoluto de mulheres auto-empregadas pode ser facilmente explicado com o aumento da participação das mesmas no mercado de trabalho, aumento esse que decorre do crescente processo de emancipação feminina. Por outro lado, o aumento pós-TRA1986 vem corroborar a teoria de autores como Gumus e Regan (2007) ou Gruber e Poterba (1994), segundo os quais existe uma resposta bastante forte por parte das mulheres solteiras a incentivos de preço. Num período pré-TRA1986, algumas mulheres com propensão para o auto-emprego acabavam por optar pelo trabalho assalariado, incentivadas pelos elevados preços do seguro de saúde. Assim, a diminuição do preço da saúde após esta medida parece influenciar a decisão de aderir ao auto-emprego, pelo que aparenta ser uma política bastante importante para fomentar este tipo de actividade.

De seguida, apresenta-se um conjunto de tabelas que sintetizam as principais conclusões dos estudos citados anteriormente, tabelas essas que se encontram divididas de acordo com as 5 secções anteriores, por motivos de coerência e por forma a facilitar a posterior identificação dos estudos em causa.

Nas várias tabelas, a presença do sinal “+” significa que, segundo os estudos dos autores, a dimensão em questão tem um efeito positivo na decisão de entrada no auto-emprego. Da mesma forma, o sinal “-” identifica a existência de uma relação no sentido contrário, sendo que “+M” significa que ser do sexo masculino influencia positivamente, por exemplo. Finalmente, “NS” indica que, segundo os estudos desse autor, o factor determinante em causa parece não ser significativo na escolha pelo auto-emprego.

Tabela 1: Características individuais

Estudos	Aversão ao risco	Idade	Sexo	Educação	Representante do agregado	Experiência na família	Negro ou minoria	Capital inicial	Rendimentos inesperados	Ganhar Lotaria	Herança	Experiência anterior
Kihlstrom e Laffont (1979)	-											
Yun et al. (2002)		NS	+M		+							
Georgellis e Wall (2002)		+	+M			+						
Kawaguchi (2003)		+					-					
Fairlie (1999)		+					-					
Kim e Deltas (2002)		+					-					
Lofstrom e Batés (2007)		+				+	-	+				
Brown et al. (2008)			+M	+				+				
Dawson et al. (2009)			+M	+				+				+
Georgellis et al. (2005)									+	-	+	

Tabela 2: Factores macroeconómicos

Estudos	Crescimento económico	Aumento do desemprego
Blanchflower e Meyer (1994)	+	+
Jensen et al. (2003)		+
Thurik et al. (2007)	+	+

Tabela 3: Factores regionais

Estudos	Grau de urbanização	Desenvolvimento regional	Empregabilidade no sector secundário	PIB pc	Densidade populacional	% de imigrantes	Predomínio agricultura	Aumento do nº de auto-empregados
Sueli Moro et al. (2003)	+	+	+	+				
Bruder e Rätthke-Döppner (2008)					+	+		
Fairchild (2007)	+					+		
Tamvada (2008)				-			+	
Guerra e Patuelli (2010)						+		+

Tabela 4: Política económica

Estudos	Elevados impostos sobre rendimentos pessoais	Subsídios à criação de negócios	Earned Income Tax Credit	Dimensão do sector público	Índice de Corrupção Percepcinado	Regulamentação de mercados
Blau (1987)	+					
Schuetze (2000)	+					
Carroll et al. (2000)	+					
Pfeiffer e Reize (2000)		-				
Roberto Torini (2002)	+			+	+	+
Cullen e Gordon (2002)	+					
Bruce e Schuetze (2004)	+					
Almus (2004)		+				
Baumgartner e Caliendo (2007)		+				
Lalumia (2009)			+			

Tabela 5: Sistema de protecção social

Estudos	Contribuições sociais	Aumento dos riscos cobertos	Subsídios	Acesso a seguro de saúde
Steinberger (2005)	-			
Blau (1987)	-	+		
Bosch et al. (1998)	-	+		
Velamuri (2009)			+	+

3. O Auto-emprego em Portugal

3.1 Dados estatísticos

Após esta análise da literatura principal acerca do tema da entrada no auto-emprego, segue-se um capítulo em que será focado o caso particular de Portugal. Todavia, antes da realização do levantamento dos estudos de autores sobre a economia portuguesa, considera-se importante conhecer a evolução da mesma, sobretudo no que respeita às variáveis relacionadas com o mercado de trabalho.

Para este efeito, elaboraram-se as tabelas que se seguem, tendo por base os dados provenientes do “Inquérito ao Emprego” do INE. Contêm informações que, embora à primeira vista não estejam directamente relacionadas com o tema do auto-emprego, permitem compreender um pouco melhor a situação e a evolução de alguns indicadores relativos a Portugal.

Assim sendo, nas duas tabelas que se seguem, serão apresentados dados relativos à evolução da taxa de actividade e da taxa de desemprego, importantes para conhecer a evolução do mercado de trabalho neste país. Conhecer estes dois indicadores é importante, uma vez que será interessante observar se, no caso de uma evolução negativa do mercado de trabalho, o auto-emprego é visto como opção de último recurso, tornando-se mais atractivo em momentos de maior dificuldade.

Tabela 6: Taxa de actividade

Regiões (NUTS II)	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
	% da População total												
Portugal	60,3%	60,4%	60,9%	61,5%	62,0%	62,0%	61,9%	62,2%	62,5%	62,6%	62,5%	61,9%	61,9%
Norte	61,9%	61,7%	61,9%	62,7%	62,6%	62,5%	62,5%	63,1%	63,2%	63,1%	62,7%	62,2%	62,6%
Centro	63,3%	63,7%	65,5%	65,5%	66,5%	66,4%	66,0%	66,0%	66,6%	67,0%	66,7%	65,6%	65,6%
Lisboa	59,1%	59,6%	60,0%	60,7%	60,6%	60,7%	60,2%	60,3%	60,2%	60,8%	61,1%	60,0%	59,4%
Alentejo	52,6%	51,8%	51,5%	52,8%	54,9%	55,5%	56,5%	56,9%	57,5%	56,6%	55,5%	56,1%	56,7%
Algarve	57,3%	57,0%	57,3%	57,5%	59,2%	59,6%	59,8%	58,7%	59,9%	60,6%	60,4%	61,1%	60,5%
Região A. Açores	53,2%	53,4%	53,3%	53,8%	54,9%	55,1%	56,2%	56,7%	57,2%	57,0%	59,3%	60,3%	59,0%
Região A. Madeira	59,6%	58,1%	57,0%	56,7%	58,7%	58,9%	58,9%	61,5%	61,5%	61,8%	62,3%	62,9%	63,3%

Fonte: "Estatísticas do Emprego", INE

Tabela 7: Taxa de desemprego

Regiões (NUTS II)	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
	% da População activa												
Portugal	4,9%	4,4%	3,9%	4,0%	5,0%	6,3%	6,7%	7,6%	7,7%	8,0%	7,6%	9,5%	10,8%
Norte	4,9%	4,4%	4,1%	3,7%	4,9%	6,8%	7,7%	8,8%	8,9%	9,4%	8,7%	11,0%	12,6%
Centro	2,9%	2,4%	2,2%	2,8%	3,1%	3,6%	4,3%	5,2%	5,5%	5,6%	5,4%	6,9%	7,7%
Lisboa	6,1%	6,0%	5,3%	5,1%	6,7%	8,1%	7,6%	8,6%	8,5%	8,9%	8,2%	9,8%	11,3%
Alentejo	8,1%	6,4%	5,3%	6,9%	7,5%	8,1%	8,8%	9,1%	9,2%	8,4%	9,0%	10,6%	11,4%
Algarve	6,0%	4,7%	3,5%	3,8%	5,3%	6,1%	5,5%	6,2%	5,5%	6,7%	7,0%	10,4%	13,3%
Região A. Açores	4,4%	3,1%	2,8%	2,3%	2,6%	2,9%	3,4%	4,1%	3,8%	4,4%	5,4%	6,7%	6,8%
Região A. Madeira	3,5%	2,8%	2,5%	2,5%	2,4%	3,4%	3,0%	4,6%	5,4%	6,7%	6,0%	7,6%	7,4%

Fonte: "Estatísticas do Emprego", INE

Na **Tabela 6** estão expressos os valores da taxa de actividade em Portugal, indicador que revela a proporção da população activa no total da população residente. Por seu turno, a população activa engloba todos os indivíduos com mais de 15 anos que estão disponíveis para trabalhar, quer estejam empregados ou desempregados. No caso de Portugal, verifica-se que existe uma tendência de crescimento ao longo do tempo, com esta taxa a apresentar um valor em 2010 superior ao de 1998. Esta tendência apresenta, todavia, uma quebra no ano de 2007, altura em que começou a diminuir. Esta quebra poderá, assim, ser atribuída, novamente, à crise económica e financeira que se instalou neste ano.

Quando se avalia a evolução desta taxa nas diversas regiões em estudo, as conclusões a retirar são exactamente as mesmas: evolução ao longo dos vários anos, mas com uma quebra a partir de 2007. A região com a maior taxa de actividade é o Centro do país, contraposto pelo Alentejo, região onde existem, tendencialmente, menos oportunidades de trabalho e uma menor densidade populacional.

Segue-se a taxa de desemprego, ilustrada na **Tabela 7**, que expressa a percentagem de indivíduos desempregados comparativamente ao total da população activa. Aqui verificam-se, de forma ainda mais notória, os efeitos da crise no país, com o aumento galopante da percentagem de desempregados, sobretudo a partir de 2008. Em 2010, aproximadamente 10,8% dos indivíduos disponíveis para trabalhar encontrava-se numa situação de desemprego.

Em termos regionais, o “melhor desempenho” pertence às Regiões Autónomas e ao Centro, sendo que o maior número relativo de desempregados reside no Algarve e no Norte, onde estes valores são acima da média do país. Será, então, interessante comprovar se existem, ou não, diferenças no que respeita ao número e ao interesse pelo auto-emprego nestas zonas.

É importante concluir que, apesar desta evolução negativa do mercado de trabalho e dos vários programas que têm vindo a ser criados, aliados à divulgação dos vários casos de empreendedores de sucesso por parte da comunicação social, a verdade é que este tipo de emprego tem registado uma diminuição, tal como pode comprovar através da construção das duas tabelas que se seguem.

Tabela 8: Taxa de auto-emprego

Regiões (NUTS II)	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
	% do número de empregados												
Portugal	24,1%	24,7%	23,5%	25,3%	25,2%	25,4%	24,7%	24,1%	23,2%	23,5%	23,1%	22,9%	21,8%
Norte	22,5%	23,3%	20,3%	24,7%	25,1%	25,8%	25,5%	25,5%	24,9%	24,3%	24,4%	24,8%	23,3%
Centro	36,0%	36,6%	36,9%	37,7%	36,0%	35,5%	34,3%	33,2%	32,1%	32,6%	32,6%	32,1%	30,4%
Lisboa	15,0%	15,9%	15,6%	16,3%	16,5%	16,1%	15,6%	15,3%	14,3%	15,5%	14,2%	13,6%	12,9%
Alentejo	20,0%	20,6%	20,0%	20,6%	20,8%	22,3%	21,1%	19,5%	18,5%	18,7%	18,2%	17,8%	18,4%
Algarve	27,0%	27,1%	24,9%	23,8%	23,7%	28,1%	27,7%	25,6%	23,0%	22,2%	23,1%	22,4%	21,3%
R. A. dos Açores	24,6%	25,2%	22,7%	23,2%	25,2%	22,7%	20,6%	20,5%	20,4%	19,8%	20,0%	19,4%	18,1%
R. A. da Madeira	19,5%	20,2%	21,1%	20,4%	19,2%	16,9%	16,4%	15,5%	16,6%	16,5%	15,7%	14,8%	17,2%

Fonte: Eurostat

Tabela 9: Interesse pelo auto-emprego

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
USA	69%	59%	67%	59%	61%	-	-	61%	-	55%
UE15/27*	51%	48%	45%	47%	45%	-	-	44%	-	45%
PT	67%	63%	71%	67%	62%	-	-	57%	-	51%

Fonte: Flash Euro barómetro da Comissão Europeia

* Até 2005, o inquérito centrava-se na UE15, alterando-se após essa data

Utilizando dados do Eurostat (principal instituto de estatística da União Europeia) e do Flash Euro barómetro para *entrepreneurship* da Comissão Europeia, consegui construir as duas tabelas acima. Na **Tabela 8**, é possível observar o decréscimo da taxa de auto-emprego presente nos estudos de Margarida Antunes (2008), estendendo-o até 2010. No período em estudo é possível comprovar, ainda, que esta diminuição é extensível a todas as regiões do país (excepto no Norte, onde é visível um pequeno acréscimo quando comparamos os dados de 1998 com 2010), adquirindo especial relevo no Centro e no Algarve. Outra conclusão importante prende-se com os baixos valores do auto-emprego na região de Lisboa, abaixo da média do país.

Na **Tabela 9**, construída com base na pergunta “Imagine que podia escolher entre ser empregado ou auto-empregado, o que escolheria?”, conseguimos retirar diversas conclusões: em primeiro lugar, verifica-se que, em qualquer país/zona analisada, parece existir uma quebra no interesse pelo auto-emprego, quando comparamos as respostas do ano de 2000 com as respostas do ano de 2009. Além disso, observamos que o interesse por este tipo de trabalho em Portugal e nos EUA foi sempre superior à média dos países da UE15/27.

Finalmente, comparando apenas estas duas regiões (Portugal e EUA), constata-mos que o interesse pelo auto-emprego no nosso país chegou mesmo a ser superior, o que não deixa de ser um pouco surpreendente, tendo em conta a mentalidade extremamente empreendedora pela qual os indivíduos dos EUA são conhecidos. Todavia, e apesar da quebra de dados em 2005, 2006 e 2008, esta tendência parece ter-se alterado, com o interesse dos portugueses ligeiramente abaixo dos norte-americanos.

3.2 Resultados de estudos anteriores

Tal como referido inicialmente, este tema tem sido alvo de interesse crescente por autores de todas as nacionalidades e áreas de estudo. No caso Português, existem autores com estudos interessantes, como por exemplo, Centeno (2000), que elaborou, um estudo onde procurou compreender se este tipo de emprego poderia ser uma resposta à rigidez do mercado de trabalho. Este artigo surge numa altura em que diversos economistas começaram a procurar novas justificações para o aumento do auto-emprego, que vinha a ser associado à deterioração do mercado de trabalho.

As suas conclusões apontam para a sensibilidade do auto-emprego à existência de variáveis que captem os custos de entrada e manutenção numa situação deste tipo. Assim, políticas que actuem como uma barreira à entrada (excesso de tributação, alterações à forma organizacional das indústrias, excesso de burocracia, entre outros) podem impedir aquelas que visam incentivar este tipo de emprego e que têm efeitos positivos na flexibilização do mercado de trabalho.

Mais tarde, Assunção (2008) procurou estudar o tema numa forma geral, preocupando-se sobretudo com a necessidade de distinguir o auto-emprego do empreendedorismo, sob pena de se enviesarem resultados. De facto, e apesar de muitos autores considerarem que os conceitos são idênticos, a verdade é que nem sempre existe uma coincidência perfeita entre os dois. Um exemplo caricato, identificado pela autora, prende-se com as diferentes definições de empreendedorismo utilizadas em diversos artigos da OCDE, onde deveria, à partida, existir alguma coerência e homogeneidade.

Para alguns autores, o empreendedorismo passa pela inovação dos processos produtivos ou organizacionais existentes, enquanto para outros passa simplesmente pela gestão de um negócio por conta própria. Simultaneamente, ser empreendedor também pode passar por criar e gerir uma nova empresa, ou por transformar novas ideias em negócios economicamente rentáveis. A principal discordância entre estas abordagens parece ser a distinção entre a criação e propriedade de empresas e a existência ou não de inovação, o que é importante para compreender as relações que se estabelecem entre empreendedores e auto-empregados.

No mesmo ano, Antunes (2008), procurou relacionar os vários tipos de emprego com o risco de pobreza, chegando a um conjunto de conclusões importantes: em primeiro lugar, e apesar do aumento do desemprego em Portugal, o número de auto-empregados apresentou tendência decrescente desde 1996 a 2007, contrariando a tendência da UE 15, e, em segundo lugar, este tipo de ocupação apresenta o maior risco de pobreza, em conjunto com o emprego a tempo-parcial. Esta tendência vai contra um conjunto de medidas que têm sido desenvolvidas no nosso país e que visam promover o empreendedorismo e a criação do próprio emprego, como sejam: o “Programa Iniciativas Locais de Emprego de Apoio à Família”, os “Apoios a Projectos de Emprego Promovidos por Beneficiários das Prestações de Desemprego”, os “Ninhos de Empresas”, e a acção dos “Centros de Formalidades das Empresas”.

Por seu turno, Simões (2008) desenvolveu um elaborado modelo econométrico com o objectivo de analisar os determinantes da probabilidade da entrada no auto-emprego e avaliar o impacto da subida do escalão inferior de contribuição para a segurança social. Na sua amostra foram considerados os indivíduos que tinham um emprego por conta de outrem como actividade principal, os desempregados e os inactivos, residentes em Portugal Continental, com idades compreendidas entre os 16 e os 65 anos. Desenvolveu, ainda, duas análises distintas: uma em que se considera apenas a transição para o auto-emprego, não fazendo distinção entre a condição de trabalhador independente empregador ou isolado, e outra em que se distingue a transição para uma situação de trabalhador independente isolado e empregador.

No que respeita às variáveis consideradas, repartem-se em cinco grupos: características individuais (idade, sexo, escolaridade, estado civil, o facto do cônjuge ser trabalhador independente, o facto do cônjuge estar desempregado, coabitação com filhos menores); variáveis relacionadas com o percurso profissional do indivíduo (condição perante o trabalho, sector de actividade, profissão, ocupação); região de residência; variáveis macroeconómicas (taxa de desemprego) e de natureza institucional (sistema de segurança social).

A amostra integrava 130.408 indivíduos, 61,27% dos quais trabalhadores por conta de outrem, 33,68% inactivos e 5,05% desempregados. No período, foram observadas 1.433 transições para uma situação de trabalho independente isolado e 329 indivíduos passaram a ser empregadores. Para a maior parte dos indivíduos empregados, o salário era a principal fonte de rendimento, sendo que, no grupo dos inactivos, 45,14% estava numa situação de dependência financeira. Além disso, 50,39% dos desempregados não tinha forma de garantir a sua subsistência, sendo que 34,42% sobrevivia com subsídios relativos ao desemprego. Outra conclusão importante prende-se com o facto de 56,7% dos indivíduos que iniciaram negócio por conta própria estarem, no período anterior, a trabalhar por conta de outrem, seguindo-se a situação de inactividade (27,68%) e o desemprego (15,66%).

De todas as características individuais estudadas, observa-se que o género é uma das que mais influencia a entrada numa situação de auto-emprego, verificando-se que, apesar da taxa de desemprego superior e de alguma discriminação no mercado de trabalho, a probabilidade de um indivíduo do género feminino entrar no auto-emprego é

bastante inferior à dos indivíduos do género masculino. Simultaneamente, e como já foi referido, os indivíduos mais velhos também apresentam uma maior propensão para este tipo de trabalho, embora este efeito não seja linear.

Quanto ao estado civil, a evidência aponta para que o facto de os indivíduos serem casados condicionar favoravelmente a entrada no auto-emprego na condição de empregador. Verifica-se, ainda, que viver com filhos menores parece ter efeito positivo na transição para esta situação, pelo que, e ao contrário do que se esperava, as responsabilidades familiares parecem não ser um obstáculo ao auto-emprego.

A autora confirmou, ainda, que a taxa de desemprego afecta positivamente a probabilidade de entrada no auto-emprego, ou seja, a probabilidade de desenvolvimento de actividades por conta própria é mais elevada em períodos em que a taxa de desemprego aumenta (fases de recessão). Isto acontece apesar da maior dificuldade em desenvolver uma actividade bem sucedida numa fase de contracção da procura agregada, já que se verifica, simultaneamente, a diminuição do custo de oportunidade do desenvolvimento de actividades por conta própria e um menor leque de oportunidades de emprego.

Finalmente, é possível observar que, no que respeita aos trabalhadores assalariados, existe uma maior probabilidade de adesão ao auto-emprego por parte daqueles que trabalham numa empresa com um número igual ou inferior a 10 trabalhadores e também para quem acumula vários empregos em simultâneo (o rendimento dos trabalhos secundários pode ser bastante importante na decisão de iniciar um novo projecto).

Todas estas conclusões são, tendencialmente, iguais ou bastante similares para o sexo feminino, com algumas excepções: em primeiro lugar, as variáveis relacionadas com a família têm um efeito mais pronunciado (em valor absoluto) na probabilidade de transição das mulheres; em segundo lugar, existem algumas diferenças a nível de sectores de actividade, já que a maior parte dos trabalhadores independentes masculinos vem do sector secundário, enquanto as mulheres vêm dos serviços; finalmente, a propensão para iniciar actividade por conta própria do sexo feminino apresenta um comportamento contra-cíclico, ou seja, é maior quando a taxa de desemprego é mais elevada.

Conclui-se, assim, que neste período, eram os indivíduos de escalões etários mais elevados, do género masculino, estrangeiros, que ocupavam posições hierárquicas elevadas ou intermédias revelavam maior probabilidade de entrada no auto-emprego. Simultaneamente, nos períodos de desemprego mais elevado, esta probabilidade parece ser maior, o que pode ser entendido como um sinal de que o trabalho por conta própria é percebido como uma solução de último recurso pelos indivíduos com idade entre 16 e 65 anos.

Como é possível observar, Portugal não tem défice de grandes e conhecidos autores no panorama académico. Todavia, no que toca ao tema do auto-emprego, parece haver um défice na literatura, sobretudo no que respeita a diferenças regionais. Este défice justifica o interesse desta pesquisa, uma vez que parece ser importante e pertinente realizar um estudo semelhante ao de Moro et. al (2003), sobre os determinantes do auto-emprego nos diferentes Estados do Brasil, aplicando-o, desta feita, a Portugal e às várias regiões pelas quais é composto.

4. Evidência empírica

4.1 Dados utilizados

A pesquisa empírica desenvolvida neste trabalho tem por base os micro-dados (relativos aos indivíduos) do “Inquérito ao Emprego” do INE, um inquérito de natureza trimestral que tem por principal objetivo a caracterização da população face ao mercado de trabalho, sendo que a informação é obtida por recolha direta, mediante entrevista assistida por computador. Estes inquéritos são bastante completos e extensivos, o que obrigou a uma selecção dos dados e dimensões que mais se relacionassem com o tema do auto-emprego.

Assim, foi seleccionada uma amostra de 865.990 indivíduos, empregados e com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos. Importa, ainda, referir que se excluíram todos os indivíduos que se encontravam a cumprir o serviço militar, já que este veêm, muitas vezes, as suas escolhas condicionadas. De seguida, será apresentado um conjunto de tabelas que compila as estatísticas descritivas da amostra construída para estudar o tema em causa.

Tabela 10: Características sócio-demográficas

Sexo	Frequência	Percentagem	Acumulado
Masculino	472,291	54,54%	54,54%
Feminino	393,699	45,46%	100,00%
Idade			
Dos 15 aos 24 anos	92,464	10,68%	10,68%
Dos 25 aos 34 anos	306,547	35,40%	46,08%
Dos 35 aos 54 anos	336,595	38,87%	84,95%
Dos 55 aos 64 anos	130,384	15,05%	100,00%
Nacionalidade			
Portuguesa	818,962	94,57%	94,57%
Estrangeira	47,028	5,43%	100,00%
Casado			
Sim	608,750	70,29%	70,29%
Não	257,240	29,71%	100,00%
Situação do cônjuge			
Empregado	725,416	83,77%	83,77%
Não empregado	140,574	16,23%	100,00%
Filhos entre os 0 e os 6 anos			
Sim	151,481	17,49	17,49
Não	714,509	82,51	100,00%
Representante do agregado			
Sim	639,465	73,84%	73,84%
Não	226,525	26,16%	100,00%

Observando a **Tabela 10**, concluímos que a maior parte da amostra pertencia ao sexo masculino (54,54%). No que respeita à idade, os indivíduos foram divididos e agrupados em quatro categorias, verificando-se uma frequência superior na classe dos 35 aos 54 anos (aproximadamente 38,87% do total), seguidas da classe dos 25 aos 34 anos. Ainda no que concerne às características individuais, verificamos que a esmagadora maioria dos entrevistados era de nacionalidade portuguesa,

Além das características de foro individual, parece pertinente conhecer as características dos vários agregados em estudo. Assim, em primeiro lugar, observa-se que a grande maioria dos inquiridos respondeu ser casado (cerca de 70,29%), verificando-se, ainda, um baixo valor relativo no que respeita ao número de inquiridos cujo cônjuge se encontra numa situação de não-emprego (apenas 16,23%). Grande parte destes indivíduos afirmou, ainda, ser o representante do agregado, verificando-se, também, uma baixa concentração de famílias com filhos entre os 0 e os 6 anos.

Todas estas informações fazem sentido e são coerentes com as características mais individuais apresentadas inicialmente, já que, ao existirem mais homens e indivíduos os 35 e os 54 anos, é espectável que exista um elevado número de casamentos e de representantes do seu agregado.

Tabela 11: Características do capital humano

Educação			
Sem educação	47,085	5,44%	5,44%
Ensino básico 2º ciclo	467,325	53,97%	59,41%
Ensino básico 3º ciclo	143,135	16,53%	75,94%
Ensino secundário	112,350	12,97%	88,91%
Licenciatura	90,258	10,42%	99,33%
Mestrado ou doutoramento	5,837	0,67%	100,00%

No que concerne às características do capital humano que compõe a amostra, observa-se que existe uma concentração bastante significativa de indivíduos que estudaram até ao 2º ciclo do ensino básico (que representam 53,97% do total), seguida pelos que estudaram até ao 3º ciclo do ensino básico. No que respeita ao nível educacional mais elevado considerado na amostra (mestrado ou doutoramento), contém apenas 0,67% do

total dos indivíduos considerados, tornando-se, assim, na categoria com menos verificações.

Tabela 12: Características profissionais

Experiência anterior	Frequência	Percentagem	Acumulado
Sim	636,392	73,48%	73,48%
Não	229,598	26,52%	100,00%
Situação no ano anterior			
Empregado	819,911	94,68%	94,68%
Desempregado	27,105	3,13%	97,81%
Inactivo	18,974	2,19%	100,00%

Relativamente às características profissionais da amostra, a análise da **Tabela 12** permite verificar que, novamente, existe alguma concordância com as conclusões iniciais, comprovando-se a existência de uma grande maioria de indivíduos com experiência anterior e que se encontravam numa situação de emprego no ano anterior à realização do inquérito.

Tabela 13: Características regionais

Regiões (NUTS 2)	Frequência	Percentagem	Acumulado
Norte	263,127	30,39%	30,39%
Centro	136,541	15,77%	46,16%
Lisboa	136,952	15,81%	61,97%
Alentejo	89,996	10,39%	72,36%
Algarve	87,815	10,14%	82,50%
R. A. Açores	77,124	8,91%	91,41%
R. A. Madeira	74,435	8,59%	100,00%

Finalmente, a **Tabela 13** permite verificar que a distribuição dos inquéritos por espaço regional parece ter sido equilibrada, apesar do número superior de inquiridos no Norte, Centro e Lisboa (o que faz sentido, tendo em conta a população residente em cada uma destas zonas).

4.2 Modelos

No corrente capítulo deste estudo, o objectivo será conhecer os factores que influenciam a decisão de entrada no auto-emprego em Portugal, procurando, posteriormente, apurar as diferenças regionais no número de auto-empregados do país. Assim sendo, nesta fase, recorreu-se a uma análise econométrica para tentar atingir estes objectivos, utilizando uma Regressão Logística (Modelo Logit), um modelo probabilístico onde a variável dependente é a probabilidade de um determinado indivíduo ser, de facto, auto-empregado.

Por se considerar mais interessante e pertinente, criaram-se, ainda, dois modelos distintos: um Modelo Global e um Modelo Regional. Tal como o nome indica, o Modelo Global inclui todas as variáveis e todas as regiões em conjunto, o que permite retirar conclusões gerais para todo o território. O Modelo Regional, por seu turno, possibilitará estabelecer comparações e comprovar se existem, ou não, diferenças significativas entre cada uma das regiões, uma vez que é estimado após a divisão da amostra por regiões e consequente avaliação dos principais determinantes da escolha entre trabalho assalariado e trabalho por conta própria em cada uma delas.

A recolha de dados, presente na secção anterior, permitiu a construção de um conjunto de variáveis, com valores entre 1998 e 2000, que se consideram pertinentes e com impacto na variável dependente. Na **Tabela 14** encontram-se sintetizadas as denominações de cada uma das variáveis explicativas, bem como a forma de interpretar e compreender a sua introdução no modelo, por forma a facilitar a compreensão e as análises que se seguirão.

Simultaneamente, estes dados foram complementados com informações retiradas do Eurostat, bem como do “Portugal em Números” (publicação anual que reúne dados estatísticos de Portugal divididos em quatro categorias: o território, as pessoas, o Estado e a actividade económica, incluindo-se nesta última o sector das comunicações) e das “Contas Regionais” (que apresentam resultados da regionalização de vários agregados macroeconómicos nacionais), ambos provenientes do INE. Embora utilizados em menor escala que o “Inquérito ao Emprego”, estes instrumentos permitiram construir as variáveis entendidas como “Variáveis regionais” na tabela que se segue.

Tabela 14: Variáveis independentes

Nome	Descrição
Características individuais	
<i>Sexo</i>	Dummy que assume o valor 1 se o indivíduo for do sexo Feminino
<i>Idade entre 15 e 24 anos</i>	Dummy que assume o valor 1 se o indivíduo tiver entre 15 e 24 anos
<i>Idade entre 25 e 34 anos</i>	Dummy que assume o valor 1 se o indivíduo tiver entre 25 e 34 anos
<i>Idade entre 35 e 54 anos</i>	Dummy que assume o valor 1 se o indivíduo tiver entre 35 e 54 anos
<i>Idade entre 55 e 64 anos</i>	Dummy que assume o valor 1 se o indivíduo tiver entre 55 e 64 anos
<i>Nacionalidade</i>	Dummy que assume o valor 1 se o indivíduo for de nacionalidade portuguesa
Características do agregado	
<i>Casado</i>	Dummy que assume o valor 1 se o indivíduo for casado
<i>Casado e conjugue desempregado</i>	Dummy que assume o valor 1 se o conjugue está desempregado ou inactivo
<i>Filhos entre os 0 e os 6 anos</i>	Dummy que assume o valor 1 se o indivíduo tem filhos entre os 0 e os 6 anos
<i>Dimensão da família</i>	Dimensão da família
<i>Representante</i>	Dummy que assume o valor 1 se o indivíduo representa o agregado
Nível de educação	
<i>Sem educação</i>	Dummy que assume o valor 1 se o indivíduo não tiver educação
<i>Até ao básico 2º ciclo</i>	Dummy que assume o valor 1 se o indivíduo concluiu o ensino básico 1º ciclo ou 2º ciclo
<i>Até ao básico 3º ciclo</i>	Dummy que assume o valor 1 se o indivíduo concluiu o ensino básico 3º ciclo
<i>Ensino secundário</i>	Dummy que assume o valor 1 se o indivíduo concluiu o ensino secundário
<i>Licenciatura</i>	Dummy que assume o valor 1 se o indivíduo concluiu uma licenciatura
<i>Mestrado ou doutoramento</i>	Dummy que assume o valor 1 se o indivíduo concluiu um mestrado ou doutoramento

Tabela 14: Variáveis independentes (continuação)

Nome	Descrição
Características profissionais	
<i>Experiência anterior</i>	Dummy que assume o valor 1 se o indivíduo tiver experiência profissional
<i>Empregado no ano anterior</i>	Dummy que assume o valor 1 se, no ano anterior à entrevista, o indivíduo estava empregado
<i>Desempregado no ano anterior</i>	Dummy que assume o valor 1 se, no ano anterior à entrevista, o indivíduo estava desempregado
<i>Inactivo no ano anterior</i>	Dummy que assume o valor 1 se, no ano anterior à entrevista, o indivíduo estava inactivo
Variáveis temporais	
<i>Ano do inquérito - 1998</i>	Dummy que assume o valor 1 se a entrevista decorreu em 1998
<i>Ano do inquérito - 1999</i>	Dummy que assume o valor 1 se a entrevista decorreu em 1999
<i>Ano do inquérito - 2000</i>	Dummy que assume o valor 1 se a entrevista decorreu em 2000
<i>Ano do inquérito - 2001</i>	Dummy que assume o valor 1 se a entrevista decorreu em 2001
<i>Ano do inquérito - 2002</i>	Dummy que assume o valor 1 se a entrevista decorreu em 2002
<i>Ano do inquérito - 2003</i>	Dummy que assume o valor 1 se a entrevista decorreu em 2003
<i>Ano do inquérito - 2004</i>	Dummy que assume o valor 1 se a entrevista decorreu em 2004
<i>Ano do inquérito - 2005</i>	Dummy que assume o valor 1 se a entrevista decorreu em 2005
<i>Ano do inquérito - 2006</i>	Dummy que assume o valor 1 se a entrevista decorreu em 2006
<i>Ano do inquérito - 2007</i>	Dummy que assume o valor 1 se a entrevista decorreu em 2007
<i>Ano do inquérito - 2008</i>	Dummy que assume o valor 1 se a entrevista decorreu em 2008
<i>Ano do inquérito - 2009</i>	Dummy que assume o valor 1 se a entrevista decorreu em 2009
<i>Ano do inquérito - 2010</i>	Dummy que assume o valor 1 se a entrevista decorreu em 2010

Tabela 14: Variáveis independentes (continuação)

Nome	Descrição
Variáveis temporais	
<i>Primeiro trimestre</i>	Dummy que assume o valor 1 se a entrevista decorreu no primeiro trimestre
<i>Segundo trimestre</i>	Dummy que assume o valor 1 se a entrevista decorreu no segundo trimestre
<i>Terceiro trimestre</i>	Dummy que assume o valor 1 se a entrevista decorreu no terceiro trimestre
<i>Quarto trimestre</i>	Dummy que assume o valor 1 se a entrevista decorreu no quarto trimestre
Variáveis regionais	
<i>Taxa de actividade</i>	Taxa de actividade por região (NUTS 2)
<i>Taxa de desemprego</i>	Taxa de desemprego por região (NUTS 2)
<i>Taxa de auto-emprego</i>	Taxa de auto-empregados por região (NUTS 2)

Nota: As variáveis regionais apenas foram incluídas no Modelo Global

Importa, ainda, referir que, nos vários Modelos, as “Variáveis temporais” foram incluídas como variáveis de controlo, pelo que os seus coeficientes não serão analisados.

4.3 Resultados do Modelo Global

Após a correcta definição da amostra e dos Modelos a construir, seguem-se os resultados dos mesmos. Por motivos de coerência, o Modelo Global será o primeiro a ser analisado, pelo que serão apresentadas três tabelas: a **Tabela 15** (com os resultados do Modelo Global propriamente dito, a **Tabela 16** (que contém informações relativas ao grupo de referência, composto pelas várias classes onde se verificaram maiores concentrações absolutas e que servirão, agora, de comparação para as restantes), e, finalmente, a **Tabela 17**, que sintetiza algumas informações importantes acerca do Modelo.

Tabela 15: Modelo Global

Auto-empregado	Coefficiente	Z
Características individuais		
<i>Sexo</i>	-0.286***	(-49.25)
<i>Idade entre 15 e 24 anos</i>	-1.375***	(-77.96)
<i>Idade entre 25 e 34 anos</i>	-0.479***	(-61.23)
<i>Idade entre 55 e 64 anos</i>	0.806***	(107.56)
<i>Nacionalidade</i>	-0.053***	(-3.84)
Características do agregado		
<i>Casado</i>	0.257***	(26.20)
<i>Casado e cônjuge não empregado</i>	-0.178***	(-24.05)
<i>Filhos entre os 0 e os 6 anos</i>	-0.012	(-1.30)
<i>Dimensão da família</i>	0.033***	(14.06)
<i>Representante</i>	0.202***	(17.78)
Nível de educação		
<i>Sem educação</i>	0.307***	(28.53)
<i>Até ao básico 3º ciclo</i>	-0.372***	(-42.92)
<i>Ensino secundário</i>	-0.513***	(-50.38)
<i>Licenciatura</i>	-0.774***	(-66.34)
<i>Mestrado ou doutoramento</i>	-1.271***	(-26.68)
Características profissionais		
<i>Experiência anterior</i>	0.117***	(16.36)
<i>Desempregado no ano anterior</i>	-0.986***	(-38.34)
<i>Inactivo no ano anterior</i>	-0.237***	(-8.76)
Variáveis temporais		
<i>Ano do inquérito - 1998</i>	0.100***	(7.53)
<i>Ano do inquérito - 1999</i>	0.052***	(3.74)
<i>Ano do inquérito - 2000</i>	0.031**	(2.18)
<i>Ano do inquérito - 2001</i>	-0.002	(-0.15)
<i>Ano do inquérito - 2002</i>	-0.000	(-0.00)
<i>Ano do inquérito - 2003</i>	-0.004	(-0.32)
<i>Ano do inquérito - 2004</i>	-0.031**	(-2.31)
<i>Ano do inquérito - 2005</i>	-0.058***	(-4.26)
<i>Ano do inquérito - 2006</i>	-0.072***	(-5.17)
<i>Ano do inquérito - 2007</i>	-0.038***	(-2.75)
<i>Ano do inquérito - 2008</i>	-0.044***	(-2.95)
<i>Ano do inquérito - 2009</i>	-0.049**	(-2.55)
<i>Segundo trimestre</i>	-0.004	(-0.54)
<i>Terceiro trimestre</i>	-0.014*	(-1.75)
<i>Quarto trimestre</i>	-0.023***	(-2.97)
Variáveis regionais		
<i>Taxa de actividade</i>	-0.008***	(-7.99)
<i>Taxa de desemprego</i>	0.004**	(1.99)
<i>Taxa de auto-emprego</i>	0.040***	(64.83)

Tabela 16: Grupo de referência

Grupo de referência
Sexo masculino
Idade entre 35 e 54 anos
Nacionalidade portuguesa
Educação ao nível do básico 2º ciclo
Empregado no ano anterior
Inquirido em 2010
Inquirido no primeiro trimestre

Tabela 17: Características gerais do Modelo Global

N	Pseudo-R2	Log-Likelihood	Prob > chi2	Nível de Significância		
865.990,00	0.1057	-408073.97	0,0000	*** Significante a um nível de 1%	** Significante a um nível de 5%	* Significante a um nível de 10%

Em primeiro lugar, observamos que foram consideradas 865.990,00 respostas e que o *log-likelihood* convergiu em -408073.97. É ainda importante compreender o valor do “Prob > chi²”, que nos indica que o modelo é estatisticamente significativo, já que a probabilidade de o conjunto das variáveis independentes não ter qualquer efeito na variável dependente é inferior a **0.0000 ou 0%**. Segue-se o valor do Pseudo-R² que não tem, todavia, uma interpretação directa, já que não se trata de uma regressão linear. Verifica-se, no entanto, que este valor diminuía a cada introdução de uma nova variável independente.

Na **Tabela 15** estão representadas as várias variáveis independentes e respectivos coeficientes, ou seja, os impactos esperados na variável dependente. A primeira conclusão a retirar é a de que todas as variáveis independentes são estatisticamente relevantes a um nível de significância de **1%**, já que os seus *p-values* são todos inferiores a esse valor. A única excepção é a variável “Filhos entre os 0 e os 6 anos”, bem como as que dizem respeito aos anos e trimestres em que os inquéritos foram realizados, variáveis que optámos, no entanto, por manter no modelo, devido aos efeitos no pseudo-R² e *log-likelihood*. Segue-se uma análise mais pormenorizada ao impacto de cada variável.

A variável “sexo” apresenta um coeficiente negativo, o que, tendo em conta a forma como foi construída, nos indica que ser do sexo feminino influencia negativamente a probabilidade de um indivíduo optar pelo auto-emprego. Esta conclusão não é surpreendente e vai de encontro a estudos recentes de autores como Yun et al. (2002), Georgellis e Wall (2002), Brown et al. (2008), Dawson et al. (2009), entre outros.

Segue-se a variável que se identifica com a idade dos indivíduos inquiridos. Apresenta um coeficiente negativo nas duas primeiras classes, bem como um comportamento monótono crescente. Isto significa que, sendo grupo de idades entre os 35-54 entendido como o grupo de referência, o incremento da idade traduz-se sempre num maior interesse pela entrada no auto-emprego, interesse esse que atinge o seu expoente máximo nos indivíduos com idades entre os 55 e os 64 anos. Este comportamento verifica-se em muitos outros países, tal como demonstram os estudos de Fairlie (1999), Kim e Deltas (2002), Georgellis e Wall (2002), Kawaguchi (2003), entre outros.

De seguida, é possível concluir que ser casado influencia positivamente a probabilidade de entrada neste tipo de ocupação, devido ao valor da variável “Casado”. No entanto, o coeficiente da variável “Casado e cônjuge não empregado” é negativo, o que significa que, se o cônjuge estiver desempregado, esta relação inverte-se. Este contributo contra a decisão de entrar no auto-emprego intensifica-se ainda mais se o indivíduo em estudo for responsável por filhos entre os 0 e os 6 anos. Esta relação já havia sido estudada por Yun et al. (2002), autor que verificou a existência de um comportamento negativo ainda mais acentuado no caso das mulheres, algo que este modelo não permite, no entanto, comprovar.

Ainda dentro da temática das dinâmicas dos casais, o coeficiente da variável “Representante” indica que, no país em causa, ser o representante do agregado familiar aumenta a probabilidade do indivíduo se tornar empresário. Esta conclusão acaba por corroborar tudo o que já foi dito anteriormente, uma vez que os representantes do agregado tendem a ser indivíduos do sexo masculino e de idade mais avançada. Simultaneamente, verifica-se um impacto positivo da variável que representa a dimensão da família, o que significa que, apesar do possível acréscimo de responsabilidades, uma família de maior dimensão presta um apoio superior na tomada desta decisão.

Ser de nacionalidade estrangeira e ter uma base de experiência profissional anterior são outros dois factores que influenciam positivamente a entrada no auto-emprego, sendo que é o último que tem um impacto mais significativo. Um indivíduo com mais experiência é, à partida, mais velho, possuindo um capital disponível superior, bem como um conhecimento maior do mercado de trabalho e do seu funcionamento, condições que lhe permitem ter, por um lado, mais oportunidades de negócio, e, por outro, uma maior confiança para aproveitar essas mesmas oportunidades.

A educação é outro factor que apresenta um comportamento monótono, mas, desta feita, decrescente. Isto significa que, novamente tendo em conta a forma como o modelo foi construído, a probabilidade de um indivíduo com qualquer tipo de educação optar pelo auto-emprego é menor do que a de um indivíduo sem educação. Além disso, esta relação negativa apresenta um comportamento crescente, o que significa basicamente que, quanto mais desenvolvida for a educação de um indivíduo (culminando, neste caso,

na obtenção do grau de Mestre ou Doutorado), menor será a probabilidade de optar por esta forma de emprego.

Finalmente, verifica-se que a condição perante o emprego no ano anterior também influencia a entrada no auto-emprego, tendo um efeito negativo se o indivíduo se encontrava desempregado ou fazia parte da população inactiva (a situação de desemprego é aquela que apresenta um coeficiente negativo mais acentuado). Deste modo, é relativamente simples compreender o efeito positivo do aumento da taxa de actividade, bem como o contrário efeito negativo do aumento da taxa de desemprego.

Resumidamente, podemos apontar como factores potenciadores da decisão de ser trabalhador por conta própria a idade (a probabilidade aumenta com o incremento da mesma), a baixa educação, a existência de experiência profissional anterior, o facto de o indivíduo pertencer ao sexo masculino, estar casado e ser representante do agregado familiar, bem como a ausência de filhos entre os 0 e os 6 anos. Contrariamente, indivíduos do sexo feminino, jovens, sem experiência, com elevados níveis de educação, solteiros (ou com o cônjuge desempregado) e com filhos entre os 0 e os 6 anos apresentam menor propensão a optar pela via do empreendedorismo.

4.4 Resultados dos Modelos Regionais

Nesta fase, seguem-se os resultados dos Modelos Regionais, com os valores obtidos para as várias regiões em estudo, dados que merecerão posterior análise.

Tabela 18: Modelo Regional - Norte

Auto-empregado	Coefficiente	Z
Características individuais		
<i>Sexo</i>	-0.030***	(-2.86)
<i>Idade entre 15 e 24 anos</i>	-1.808***	(-54.19)
<i>Idade entre 25 e 34 anos</i>	-0.582***	(-41.93)
<i>Idade entre 55 e 64 anos</i>	1.054***	(75.25)
<i>Nacionalidade</i>	-0.259***	(-9.00)
Características do agregado		
<i>Casado</i>	0.283***	(15.61)
<i>Casado e cônjuge não empregado</i>	-0.278***	(-20.83)
<i>Filhos entre os 0 e os 6 anos</i>	-0.027*	(-1.72)
<i>Dimensão da família</i>	0.047***	(10.65)
<i>Representante</i>	0.142***	(7.16)
Nível de educação		
<i>Sem educação</i>	0.456***	(22.89)
<i>Até ao básico 3º ciclo</i>	-0.253***	(-15.26)
<i>Ensino secundário</i>	-0.360***	(-18.69)
<i>Licenciatura</i>	-0.725***	(-33.55)
<i>Mestrado ou doutoramento</i>	-1.203***	(-13.95)
Características profissionais		
<i>Experiência anterior</i>	0.334***	(25.77)
<i>Desempregado no ano anterior</i>	-1.032***	(-22.94)
<i>Inactivo no ano anterior</i>	-0.203***	(-4.02)
Variáveis temporais		
<i>Ano do inquérito - 1998</i>	0.032	(1.34)
<i>Ano do inquérito - 1999</i>	0.003	(0.13)
<i>Ano do inquérito - 2000</i>	-0.133***	(-5.35)
<i>Ano do inquérito - 2001</i>	0.002	(0.10)
<i>Ano do inquérito - 2002</i>	0.046*	(1.88)
<i>Ano do inquérito - 2003</i>	0.053**	(2.23)
<i>Ano do inquérito - 2004</i>	-0.015	(-0.62)
<i>Ano do inquérito - 2005</i>	-0.074***	(-3.02)
<i>Ano do inquérito - 2006</i>	-0.135***	(-5.41)
<i>Ano do inquérito - 2007</i>	-0.080***	(-3.19)
<i>Ano do inquérito - 2008</i>	-0.053**	(-2.10)
<i>Ano do inquérito - 2009</i>	-0.134***	(-4.11)
<i>Segundo trimestre</i>	0.002	(0.13)
<i>Terceiro trimestre</i>	-0.006	(-0.45)
<i>Quarto trimestre</i>	-0.019	(-1.34)

Tabela 19: Modelo Regional - Centro

Auto-empregado	Coefficiente	Z
Características individuais		
<i>Sexo</i>	0.081***	(6.01)
<i>Idade entre 15 e 24 anos</i>	-1.492***	(-30.80)
<i>Idade entre 25 e 34 anos</i>	-0.510***	(-26.48)
<i>Idade entre 55 e 64 anos</i>	1.021***	(59.27)
<i>Nacionalidade</i>	0.014	(0.38)
Características do agregado		
<i>Casado</i>	0.375***	(15.56)
<i>Casado e cônjuge não empregado</i>	-0.300***	(-15.55)
<i>Filhos entre os 0 e os 6 anos</i>	-0.029	(-1.27)
<i>Dimensão da família</i>	0.025***	(3.97)
<i>Representante</i>	0.153***	(5.27)
Nível de educação		
<i>Sem educação</i>	0.492***	(19.94)
<i>Até ao básico 3º ciclo</i>	-0.465***	(-22.14)
<i>Ensino secundário</i>	-0.719***	(-26.79)
<i>Licenciatura</i>	-1.293***	(-37.29)
<i>Mestrado ou doutoramento</i>	-2.310***	(-11.42)
Características profissionais		
<i>Experiência anterior</i>	0.592***	(27.97)
<i>Desempregado no ano anterior</i>	-1.263***	(-16.85)
<i>Inactivo no ano anterior</i>	-0.372***	(-5.49)
Variáveis temporais		
<i>Ano do inquérito - 1998</i>	0.260***	(8.53)
<i>Ano do inquérito - 1999</i>	0.194***	(6.21)
<i>Ano do inquérito - 2000</i>	0.159***	(5.04)
<i>Ano do inquérito - 2001</i>	0.137***	(4.33)
<i>Ano do inquérito - 2002</i>	0.051	(1.60)
<i>Ano do inquérito - 2003</i>	0.008	(0.25)
<i>Ano do inquérito - 2004</i>	-0.087***	(-2.77)
<i>Ano do inquérito - 2005</i>	-0.133***	(-4.13)
<i>Ano do inquérito - 2006</i>	-0.102***	(-3.16)
<i>Ano do inquérito - 2007</i>	-0.086***	(-2.63)
<i>Ano do inquérito - 2008</i>	-0.092***	(-2.76)
<i>Ano do inquérito - 2009</i>	-0.144***	(-3.38)
<i>Segundo trimestre</i>	-0.001	(-0.07)
<i>Terceiro trimestre</i>	-0.005	(-0.26)
<i>Quarto trimestre</i>	-0.028	(-1.51)

Tabela 20: Modelo Regional - Lisboa

Auto-empregado	Coefficiente	Z
Características individuais		
<i>Sexo</i>	-0.551***	(-33.94)
<i>Idade entre 15 e 24 anos</i>	-0.906***	(-17.31)
<i>Idade entre 25 e 34 anos</i>	-0.347***	(-15.54)
<i>Idade entre 55 e 64 anos</i>	0.492***	(23.69)
<i>Nacionalidade</i>	0.226***	(8.12)
Características do agregado		
<i>Casado</i>	0.253***	(9.28)
<i>Casado e cônjuge não empregado</i>	-0.093***	(-4.52)
<i>Filhos entre os 0 e os 6 anos</i>	-0.007	(-0.27)
<i>Dimensão da família</i>	0.049***	(6.52)
<i>Representante</i>	0.463***	(12.44)
Nível de educação		
<i>Sem educação</i>	0.137***	(3.41)
<i>Até ao básico 3º ciclo</i>	-0.280***	(-12.50)
<i>Ensino secundário</i>	-0.320***	(-13.26)
<i>Licenciatura</i>	-0.258***	(-10.88)
<i>Mestrado ou doutoramento</i>	-0.653***	(-8.51)
Características profissionais		
<i>Experiência anterior</i>	0.337***	(14.91)
<i>Desempregado no ano anterior</i>	-0.334***	(-6.29)
<i>Inactivo no ano anterior</i>	0.099	(1.42)
Variáveis temporais		
<i>Ano do inquérito - 1998</i>	0.153***	(4.33)
<i>Ano do inquérito - 1999</i>	0.082**	(2.22)
<i>Ano do inquérito - 2000</i>	0.028	(0.75)
<i>Ano do inquérito - 2001</i>	0.003	(0.09)
<i>Ano do inquérito - 2002</i>	-0.019	(-0.49)
<i>Ano do inquérito - 2003</i>	-0.003	(-0.08)
<i>Ano do inquérito - 2004</i>	-0.048	(-1.33)
<i>Ano do inquérito - 2005</i>	-0.122***	(-3.26)
<i>Ano do inquérito - 2006</i>	-0.036	(-0.95)
<i>Ano do inquérito - 2007</i>	-0.105***	(-2.73)
<i>Ano do inquérito - 2008</i>	-0.174***	(-4.30)
<i>Ano do inquérito - 2009</i>	-0.281***	(-5.15)
<i>Segundo trimestre</i>	-0.020	(-0.92)
<i>Terceiro trimestre</i>	-0.029	(-1.30)
<i>Quarto trimestre</i>	-0.038*	(-1.73)

Tabela 21: Modelo Regional - Alentejo

Auto-empregado	Coefficiente	Z
Características individuais		
<i>Sexo</i>	-0.595***	(-31.32)
<i>Idade entre 15 e 24 anos</i>	-1.567***	(-22.55)
<i>Idade entre 25 e 34 anos</i>	-0.477***	(-18.18)
<i>Idade entre 55 e 64 anos</i>	0.625***	(26.21)
<i>Nacionalidade</i>	-0.020	(-0.34)
Características do agregado		
<i>Casado</i>	0.166***	(4.74)
<i>Casado e cônjuge não empregado</i>	-0.191***	(-8.32)
<i>Filhos entre os 0 e os 6 anos</i>	0.053*	(1.75)
<i>Dimensão da família</i>	0.026***	(2.77)
<i>Representante</i>	0.442***	(10.05)
Nível de educação		
<i>Sem educação</i>	-0.480***	(-12.54)
<i>Até ao básico 3º ciclo</i>	-0.062**	(-2.40)
<i>Ensino secundário</i>	-0.283***	(-8.76)
<i>Licenciatura</i>	-0.626***	(-16.18)
<i>Mestrado ou doutoramento</i>	-1.313***	(-7.91)
Características profissionais		
<i>Experiência anterior</i>	0.017	(0.70)
<i>Desempregado no ano anterior</i>	-1.429***	(-17.16)
<i>Inactivo no ano anterior</i>	-0.473***	(-5.14)
Variáveis temporais		
<i>Ano do inquérito - 1998</i>	0.155***	(3.73)
<i>Ano do inquérito - 1999</i>	0.086**	(2.00)
<i>Ano do inquérito - 2000</i>	0.068	(1.56)
<i>Ano do inquérito - 2001</i>	0.061	(1.44)
<i>Ano do inquérito - 2002</i>	-0.016	(-0.38)
<i>Ano do inquérito - 2003</i>	0.048	(1.15)
<i>Ano do inquérito - 2004</i>	-0.191***	(-4.61)
<i>Ano do inquérito - 2005</i>	-0.283***	(-6.65)
<i>Ano do inquérito - 2006</i>	-0.253***	(-5.87)
<i>Ano do inquérito - 2007</i>	-0.250***	(-5.79)
<i>Ano do inquérito - 2008</i>	-0.227***	(-5.27)
<i>Ano do inquérito - 2009</i>	-0.154***	(-2.90)
<i>Segundo trimestre</i>	0.001	(0.05)
<i>Terceiro trimestre</i>	-0.009	(-0.37)
<i>Quarto trimestre</i>	-0.027	(-1.07)

Tabela 22: Modelo Regional - Algarve

Auto-empregado	Coefficiente	Z
Características individuais		
<i>Sexo</i>	-0.607***	(-34.50)
<i>Idade entre 15 e 24 anos</i>	-1.576***	(-25.81)
<i>Idade entre 25 e 34 anos</i>	-0.488***	(-21.11)
<i>Idade entre 55 e 64 anos</i>	0.539***	(23.90)
<i>Nacionalidade</i>	-0.059**	(-1.98)
Características do agregado		
<i>Casado</i>	0.243***	(8.27)
<i>Casado e cônjuge não empregado</i>	-0.060***	(-2.71)
<i>Filhos entre os 0 e os 6 anos</i>	-0.005	(-0.20)
<i>Dimensão da família</i>	-0.005	(-0.68)
<i>Representante</i>	0.255***	(7.17)
Nível de educação		
<i>Sem educação</i>	-0.035	(-0.95)
<i>Até ao básico 3º ciclo</i>	-0.293***	(-12.28)
<i>Ensino secundário</i>	-0.338***	(-12.32)
<i>Licenciatura</i>	-0.519***	(-15.69)
<i>Mestrado ou doutoramento</i>	-1.477***	(-9.31)
Características profissionais		
<i>Experiência anterior</i>	-0.058***	(-2.59)
<i>Desempregado no ano anterior</i>	-0.922***	(-12.75)
<i>Inactivo no ano anterior</i>	-0.355***	(-4.13)
Variáveis temporais		
<i>Ano do inquérito - 1998</i>	0.010	(0.26)
<i>Ano do inquérito - 1999</i>	-0.012	(-0.32)
<i>Ano do inquérito - 2000</i>	-0.148***	(-3.71)
<i>Ano do inquérito - 2001</i>	-0.250***	(-6.13)
<i>Ano do inquérito - 2002</i>	-0.281***	(-6.89)
<i>Ano do inquérito - 2003</i>	-0.070*	(-1.77)
<i>Ano do inquérito - 2004</i>	-0.141***	(-3.54)
<i>Ano do inquérito - 2005</i>	-0.309***	(-7.51)
<i>Ano do inquérito - 2006</i>	-0.369***	(-8.86)
<i>Ano do inquérito - 2007</i>	-0.267***	(-6.51)
<i>Ano do inquérito - 2008</i>	-0.307***	(-7.37)
<i>Ano do inquérito - 2009</i>	-0.337***	(-6.36)
<i>Segundo trimestre</i>	-0.032	(-1.39)
<i>Terceiro trimestre</i>	-0.048**	(-2.04)
<i>Quarto trimestre</i>	-0.035	(-1.49)

Tabela 23: Modelo Regional - R. A. Açores

Auto-empregado	Coefficiente	Z
Características individuais		
<i>Sexo</i>	-1.010***	(-42.44)
<i>Idade entre 15 e 24 anos</i>	-0.644***	(-15.86)
<i>Idade entre 25 e 34 anos</i>	-0.210***	(-8.38)
<i>Idade entre 55 e 64 anos</i>	0.637***	(21.54)
<i>Nacionalidade</i>	-0.260***	(-3.12)
Características do agregado		
<i>Casado</i>	0.102***	(3.12)
<i>Casado e cônjuge não empregado</i>	0.177***	(7.49)
<i>Filhos entre os 0 e os 6 anos</i>	-0.087***	(-3.19)
<i>Dimensão da família</i>	0.020***	(3.74)
<i>Representante</i>	0.125***	(3.79)
Nível de educação		
<i>Sem educação</i>	0.154***	(4.44)
<i>Até ao básico 3º ciclo</i>	-0.702***	(-22.48)
<i>Ensino secundário</i>	-1.027***	(-26.14)
<i>Licenciatura</i>	-1.622***	(-27.64)
<i>Mestrado ou doutoramento</i>	-1.741***	(-7.05)
Características profissionais		
<i>Experiência anterior</i>	-0.595***	(-28.19)
<i>Desempregado no ano anterior</i>	-0.901***	(-8.27)
<i>Inativo no ano anterior</i>	0.164**	(2.46)
Variáveis temporais		
<i>Ano do inquérito - 1998</i>	0.286***	(6.51)
<i>Ano do inquérito - 1999</i>	0.173***	(3.89)
<i>Ano do inquérito - 2000</i>	0.059	(1.28)
<i>Ano do inquérito - 2001</i>	0.015	(0.32)
<i>Ano do inquérito - 2002</i>	0.167***	(3.59)
<i>Ano do inquérito - 2003</i>	0.082*	(1.79)
<i>Ano do inquérito - 2004</i>	0.003	(0.06)
<i>Ano do inquérito - 2005</i>	-0.010	(-0.23)
<i>Ano do inquérito - 2006</i>	-0.024	(-0.51)
<i>Ano do inquérito - 2007</i>	0.017	(0.36)
<i>Ano do inquérito - 2008</i>	0.030	(0.64)
<i>Ano do inquérito - 2009</i>	-0.052	(-0.86)
<i>Segundo trimestre</i>	0.009	(0.36)
<i>Terceiro trimestre</i>	-0.002	(-0.07)
<i>Quarto trimestre</i>	-0.013	(-0.49)

Tabela 24: Modelo Regional - R. A. Madeira

Auto-empregado	Coefficiente	Z
Características individuais		
<i>Sexo</i>	-0.315***	(-14.18)
<i>Idade entre 15 e 24 anos</i>	-1.912***	(-25.13)
<i>Idade entre 25 e 34 anos</i>	-0.608***	(-21.21)
<i>Idade entre 55 e 64 anos</i>	0.798***	(29.27)
<i>Nacionalidade</i>	-0.575***	(-9.49)
Características do agregado		
<i>Casado</i>	0.297***	(9.15)
<i>Casado e cônjuge não empregado</i>	-0.238***	(-8.57)
<i>Filhos entre os 0 e os 6 anos</i>	0.011	(0.35)
<i>Dimensão da família</i>	-0.079***	(-10.77)
<i>Representante</i>	0.145***	(4.13)
Nível de educação		
<i>Sem educação</i>	0.274***	(8.67)
<i>Até ao básico 3º ciclo</i>	-0.640***	(-17.17)
<i>Ensino secundário</i>	-0.863***	(-19.48)
<i>Licenciatura</i>	-1.256***	(-22.72)
<i>Mestrado ou doutoramento</i>	-1.912***	(-6.57)
Características profissionais		
<i>Experiência anterior</i>	-0.327***	(-14.76)
<i>Desempregado no ano anterior</i>	-0.848***	(-6.42)
<i>Inactivo no ano anterior</i>	-0.471***	(-3.41)
Variáveis temporais		
<i>Ano do inquérito - 1998</i>	0.126***	(2.61)
<i>Ano do inquérito - 1999</i>	0.145***	(3.01)
<i>Ano do inquérito - 2000</i>	0.146***	(2.95)
<i>Ano do inquérito - 2001</i>	0.203***	(3.94)
<i>Ano do inquérito - 2002</i>	0.129**	(2.50)
<i>Ano do inquérito - 2003</i>	0.022	(0.42)
<i>Ano do inquérito - 2004</i>	-0.039	(-0.78)
<i>Ano do inquérito - 2005</i>	0.011	(0.22)
<i>Ano do inquérito - 2006</i>	-0.062	(-1.20)
<i>Ano do inquérito - 2007</i>	-0.117**	(-2.24)
<i>Ano do inquérito - 2008</i>	-0.237***	(-4.47)
<i>Ano do inquérito - 2009</i>	-0.046	(-0.72)
<i>Segundo trimestre</i>	-0.000	(-0.02)
<i>Terceiro trimestre</i>	-0.007	(-0.25)
<i>Quarto trimestre</i>	0.001	(0.04)

O principal objectivo da estimação dos Modelos Regionais prende-se com a identificação de possíveis padrões específicos que possam ser observados nas diferentes regiões.

Inicialmente, é possível observar que não existem grandes diferenças no que respeita às conclusões após a desagregação regional. No entanto, existe um conjunto de conclusões importantes a retirar. Em primeiro lugar, verifica-se que o coeficiente da variável “sexo” continua a ser negativo em todas as regiões, excepto no Centro. Isto significa que, nesta região, são os indivíduos do sexo feminino que aparentam ter mais interesse pelo auto-emprego.

A variável relacionada com a idade continua a apresentar um comportamento monótono crescente, mas é claramente visível um especial contributo positivo no Norte, Algarve e na Madeira, sendo muito menos relevante em Lisboa e nos Açores. Isto significa que, nestas duas zonas, apesar de os indivíduos mais velhos continuarem a ter mais probabilidade de se tornarem auto-empregados, a diferença relativamente aos mais novos é menor.

Ser casado contribui positivamente para a entrada no auto-emprego, especialmente no que concerne às regiões do Centro e da Madeira. Este factor aparenta, ainda, ser menos relevante em Lisboa e nos Açores, tal como acontece com a variável “Casado e cônjuge não empregado”. Assim, o facto de o cônjuge estar desempregado, apesar de contribuir sempre de forma negativa para a entrada no auto-emprego, é um factor mais relevante no Centro e na Madeira.

Ainda dentro da temática do casamento e da família, observa-se que ter filhos entre os 0 e os 6 anos influencia negativamente a entrada no emprego (excepção nas regiões da Madeira e Alentejo), embora uma família de maior dimensão tenda a facilitar esta decisão (menos no Algarve e na Madeira). Além disso, ser o representante do agregado familiar tem um efeito positivo na variável dependente, sobretudo no que concerne às regiões de Lisboa e Alentejo.

A variável “educação” apresenta um comportamento negativo monótono crescente em todas as regiões em estudo, o que volta a corroborar a teoria de que são os menos qualificados a optar pela entrada no auto-emprego. Ser de nacionalidade portuguesa, por

seu turno, continua a contribuir de forma negativa para a entrada no auto-emprego, apresentando um coeficiente positivo apenas no Centro e em Lisboa.

Ter experiência profissional anterior demonstra um comportamento misto, sendo um factor contributivo no Norte, Centro, Lisboa e Alentejo, mas adquirindo um sinal contrário no Algarve, Açores e Madeira. Simultaneamente, estar desempregado ou inactivo no ano anterior influencia negativamente a decisão de iniciar um negócio, desta feita existindo unanimidade em todas as regiões.

5. Conclusões

A temática do auto-emprego é tema de estudo desde o início dos anos 80, altura em que diversos investigadores se concentravam, sobretudo, numa comparação entre custos e benefícios esperados associados à condição de trabalhador assalariado por oposição à de trabalhador por conta própria. Posteriormente, muitos autores deram a sua valiosa contribuição para o desenvolvimento da investigação nesta área, preocupando-se, ora com os factores de entrada, ora com os factores de saída e manutenção.

Inúmeros factores foram estudados enquanto determinantes das decisões destes trabalhadores, sendo posteriormente agrupados consoante a sua natureza (factores de natureza individual, regional, política, económica, entre muitos outros). No entanto, para grande parte destes indicadores, é difícil encontrar uma tendência ou comportamento que possa ser entendido como absoluto, uma vez que as conclusões dependem, muitas vezes, dos períodos analisados, do local estudado e da forma como esse mesmo estudo foi realizado. Esta heterogeneidade em termos de conclusões faz com que exista necessidade de adaptar e actualizar constantemente a pesquisa.

Em Portugal, estudos recentes apontam para uma tendência decrescente do número de auto-empregados, algo que se pôde comprovar utilizando dados do Eurostat. Este decréscimo acontece numa altura em que se assiste ao aumento significativo da taxa de desemprego em Portugal, algo que contraria algumas teorias existentes que definem o auto-emprego como uma espécie de “escape” ao desemprego.

Comparando os dados do interesse pelo auto-emprego neste país com os verificados na média da União Europeia, é possível observar que este tipo de ocupação se apresenta bastante mais interessante para os portugueses, pelo menos no que respeita ao período analisado. Assim, é importante tentar perceber o que leva alguém a estabelecer-se por conta própria e o que pode estar na base desta diminuição do número de auto-empregados

Com a ajuda dos dados provenientes do “Inquérito ao Emprego” do INE, seleccionou-se uma amostra de 865.990 indivíduos, empregados e com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos. Esta amostra permitiu definir um conjunto de variáveis com impacto na decisão de um trabalhador se tornar auto-empregado, decisão essa que foi estudada num período entre 1998 e 2010.

Assim, conclui-se que, neste país, e no período em estudo, os trabalhadores por conta própria pertencem ao género masculino, têm um nível de educação baixo, experiência profissional e idade mais avançada. Estas condições poderão indicar que estes indivíduos têm melhor conhecimento acerca do funcionamento do mercado, mais confiança e mais disponibilidade financeira para aceitar este desafio.

A família desempenha também um papel aparentemente importante, já que o aumento da dimensão da mesma influencia positivamente a decisão de um determinado indivíduo se tornar auto-empregado (isto se o cônjuge estiver empregado e o casal não tiver filhos entre os 0 e os 6 anos). Finalmente, foi possível comprovar a existência de uma aparente relação inversa entre a taxa de desemprego e a decisão de enveredar pelo auto-emprego, o que vai de encontro à tendência que já havia sido identificada por outros autores.

Numa fase final, e após a criação deste Modelo Global, optou-se pela estimação de Modelos Regionais, numa tentativa de encontrar diferenças entre as várias zonas do país. Inicialmente, esperava-se encontrar relações semelhantes entre zonas de proximidade geográfica ou económica (Lisboa e o Norte, por exemplo), ou mesmo um maior interesse pelo auto-emprego em zonas com maior desemprego e menor taxa de actividade. No entanto, não foi possível percepcionar a existência de nenhum padrão, ou seja, nenhum conjunto de zonas aparentou ser semelhante em todas as dimensões. Apesar disso, parecem existir bastantes semelhanças entre Lisboa e Açores, bem como entre o Norte e a Madeira. No entanto, como já foi referido, estas semelhanças não são transversais a todas as variáveis, pelo que não parece ser possível retirar uma conclusão extrema e afirmar que se tratam de zonas onde os determinantes funcionam de igual forma.

Deste modo, e ao contrário do que foi concluído por Moro et al. (2003), factores como o grau de urbanização, a empregabilidade no sector secundário e o PIB *per capita*, aparentam não ter grande impacto na decisão de entrada no auto-emprego, apesar de zonas mais desenvolvidas oferecem, tendencialmente, melhores condições de trabalho e perspectivas de futuro, sendo ainda caracterizadas por maiores níveis de educação e, mais importante ainda, por trabalhadores com mais capital para iniciar negócios.

Finalmente, e exceptuando estes últimos factores referidos, todos os resultados vão de encontro às conclusões principais de autores anteriores, o que significa que, neste novo

período analisado, não parecem ter ocorrido mudanças estruturais que tenham alterado as motivações e interesses dos indivíduos que procuram esta via profissional.

Posto isto, e apesar de todos os objectivos principais da realização deste estudo terem sido atingidos, parece existir ainda muito espaço para melhorias ou análises de diferentes perspectivas, sobretudo no que respeita à pesquisa relativa a Portugal. Assim, e a título de exemplo, parece ser pertinente aplicar um inquérito aos auto-empregados que permita isolar os factores que os levaram a tomar a decisão (um pouco a semelhança do que é feito pela Comissão Europeia, mas com perguntas mais específicas e aplicadas neste território), ou criar um modelo semelhante mas introduzir novas variáveis, o que iria certamente permitir chegar a resultados diferentes.

Referências bibliográficas

- Alba-Ramirez, A. (1994), Self-employment in the midst of unemployment: the case of Spain and the United States, *Applied Economics* 26, 189-204.
- Almus, M. (2004), Job creation through public start-up subsidies, *Applied Economics* 36, 2015-2024.
- Andersson, P. e E. Wadensjö (2006), Do the unemployed become successful entrepreneurs? A comparison between the unemployed, inactive and wage-earners, *IZA Discussion Papers* 2402, Institute for the study of Labour.
- Antunes, M. (2008), *Novos empregos, novos pobres, trabalhadores pobres: uma visão económica*. Centro de Estudos Cooperativos: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Assunção, F. (2008), Do emprego à empresa? Uma reflexão sobre o auto-emprego, a pequena propriedade e o empreendedorismo, *VI Congresso Português de Sociologia*, Universidade Nova de Lisboa.
- Baumgartner, H. e M. Caliendo (2007), Turning Unemployed into Self-Employed: Effectiveness and Efficiency of Two Programs in West Germany, *DIW Discussion Paper* 671, German Institute for Economic Research.
- Blanchflower, D. e A. Oswald (1991), Self-Employment and Mrs. Thatcher's enterprise culture, *CEP Working Paper* 30, Centre of Economic Performance.
- Blanchflower, D. e B. Meyer (1994), A longitudinal analysis of the young self-employed in Australia and the United States, *Small Business Economics* 6, 1-19.
- Blanchflower, D. e A. Oswald (1998), What makes an entrepreneur?, *Journal of Labor Economics* 16, 26-60.
- Blanchflower, L. e D.J. Zimmerman (1998), Discrimination in the small business credit market, *NBER Working Paper* 6840.
- Blanchflower, D., A. Oswald e A. Stutzer (2001), Latent entrepreneurship across nations, *European Economic Review* 45, 680-691.
- Blau, D., (1987), A time-series analysis of self-employment in the United States, *Journal of Political Economy* 95, 445-467.
- Borghans, L., A. Duckworth, J. J. Heckman e S. ter Weel (2008), The economics and psychology of personality traits, *Journal of Human Resources* 4, 972-1059.
- Borjas, G. (1986), The self-employment experience of immigrants, *Journal of Human Resources* 21, 485-506.
- Borjas, G.J. e S.G. Bronars (1989), Consumer discrimination and self-employment, *Journal of Political Economy* 97, 581-605.

Bosch, L., F. Van Uxem e F. Westhof (1998), *Een Eigen Bedrijf: Een Begaanbare Weg Voor Ondernemers?* Zoetermeer: EIM Business and Policy Research.

Boskin, M. (1974), A conditional logit model of occupational choice, *Journal of Political Economy* 82, 389-398.

Boyd, R. (1990), Black and Asian self-employment in large metropolitan areas: a comparative analysis, *Social Problems* 37, 258-269.

Brouwer, P., J. Hessels, A. Van Stel, e S. Wennekers (2005), Social security entitlements and early-stage entrepreneurial activity: an empirical analysis, *Scales-paper* 200423, EIM Business and Policy Research.

Brown, S., L. Farrell e M. N. Harris (2008), Modeling the incidence of self-employment: individual and employment type heterogeneity, *Sheffield Economic Research Papers* 2008010, University of Sheffield, Department of Economics.

Bruce, D. e H. Schuetze (2004), The relationship between tax policy and entrepreneurship: what we know and what we should know, *Swedish Economic Policy Review* 11, 233-265.

Bruder, J. e S. Rätthke-Döppner (2008), Ethnic minority self-employment in Germany: geographical distribution and determinants of regional variation, *Thünen-Series of Applied Economic Theory Working Paper 100*, Universität Rostock.

Calvo, G. e S. Wellisz (1980), Technology, entrepreneurs, and firm size, *Quarterly Journal of Economics* 95, 663-677.

Carrington, W., K. McCrue, e B. Pierce (1996), The role of the employer/employee interaction in the labour market cycles: evidence from the self-employed, *Journal of Labour Economics* 14, 571-602.

Carroll, R., D. Holtz-Eakin, M. Rider e Rosen, H. (2000), Personal income taxes and the growth of small firms, *NBER Working Paper 7980*, National Bureau of Economic Research.

Casey, B. e S. Creigh (1988), Self-employment in Great Britain: its definition in the LFS, in tax and social security law and in labour law, *Work, Employment and Society* 2, 381-391.

Casson, M. (2003), *The Entrepreneur: An Economic Theory*. Cheltenham (U.K.): Edward Elgar Publishing.

Centeno, M. (2000), O auto-emprego será a resposta à rigidez do mercado de trabalho?, *Boletim Económico de Dezembro*, Banco de Portugal.

Chiswick, C. (1976), On estimating earnings functions for LDCs, *Journal of Development Economics* 3, 67-78.

Co, C. Y., I. N. Gang e M. Yun (2002), Self-employment and wage earning: Hungary during transition, *IZA Discussion Paper 572*, Institute for the study of Labour.

- Costa, P. T. e R. R. McCrae (2003), *Personality in Adulthood: A Five-Factor Theory Perspective*. New York: Guilford Press.
- Cowling, M. (2000), Are entrepreneurs different across countries?, *Applied Economic Letters* 7, 785-789.
- Cowling, M. e M. Taylor (2001), entrepreneurial women and men: two different species?, *Small Business Economics* 16, 167-175.
- Cullen, J. e R. Gordon (2002), Taxes and entrepreneurial activity: theory and evidence for the U.S., *NBER Working Paper 9015*, National Bureau of Economic Research.
- Dawson, C., A. Henley e P. Latreille (2009), Why do individuals choose self-employment?, *IZA Discussion Paper 3974*, Institute for the study of Labour.
- Delmar, F., T. Folta e K. Wennberg (2008), The dynamics of combining self-employment and employment, *IFAU working paper 23*, Swedish Ministry of Employment.
- Dunn, T. e D. Holtz-Eakin (2000), Financial capital, human capital and the transition to self-employment, *Journal of Labor Economics* 18, 282-305.
- Earle, J. e Z. Sakova (1999), *Entrepreneurship from Scratch: Lessons on the Entry Decision into Self-Employment from Transition Economies*. SITE: Stockholm School of Economics.
- Evans, D. e B. Jovanovic (1989), An estimated model of entrepreneurial choice under liquidity constraints, *Journal of Political Economy* 97, 808-827.
- Evans, D. e L. Leighton (1990), Some empirical aspects of entrepreneurship, *American Economic Review* 79, 519-535.
- Fairchild, G. (2007), Spatial assimilation and self-employment: the case of black americans, *Journal of Developmental Entrepreneurship* 13, 269-291.
- Fairlie, R.W. (1999), The absence of the african-american owned business: an analysis of the dynamics of self-employment, *Journal of labor Economics* 17, 80-108.
- Fritsch, M. e A. Rusakova (2010), Personality traits, self-employment, and professions, *SOEP Papers on Multidisciplinary Panel Data Research 343*, Deutsches Institut für Wirtschaftsforschung.
- Fuchs, V. (1982), Self-employment and labour force participation of older males, *Journal of Human Resources* 17, 339-357.
- Georgellis, Y. e H. Wall (2000), What makes a region entrepreneurial? Evidence from Britain, *Annals of Regional Science* 34, 385-403.
- Georgellis, Y. e H. J. Wall (2002), Gender differences in self-employment, *Working Paper 1999-008C*, Federal Reserve Bank of ST. Louis.

Georgellis, Y., J. G. Sessions, e N. Tsitsianis (2005), Windfalls, wealth, and the transition to self-employment, *Small Business Economics* 25, 407-428.

Gill, A. M. (1988), Choice of employment status and the wages of employees and the self-employed: some further evidence, *Journal of Applied Econometrics* 3, 229-234.

Gruber, J. e J. Poterba (1994), Tax incentives and the decision to purchase health insurance: evidence from the self-employed, *Quarterly Journal of Economics* 109, 701-733.

Gumus, G. e T. Regan (2007), Tax incentives as a solution to the uninsured: evidence from the self-employed, *IZA Discussion Paper 2866*, Institute for the study of Labour.

Holtz-Eakin, D., D. Joulfaian, e H. Rosen (1994), Entrepreneurial decisions and liquidity constraints, *Rand Journal of Economics* 25, 334-347.

Holtz-Eakin, D., D. Joulfaian, e H. Rosen (1994), Sticking it out: entrepreneurial survival and liquidity constraints, *Journal of Political Economy* 102, 53-75.

Jensen, B., M. Ejrnæs, H. Nielsen e A. Würtz (2003), *Self-Employment among Immigrants: A Last Resort?*, Department of Economics, University of Aarhus, Denmark.

Kawaguchi, D. (2003), *Negative Self-selection into Self Employment among African Americans*, Institute of Policy and Planning Sciences, University of Tsukuba.

Kihlstrom, R. e J. Laffont (1979), A General equilibrium entrepreneurial theory of firm formation based on risk aversion, *Journal of Political Economy* 87, 719-748.

Kim, G. e G. Deltas (2002), *The Dynamics of Self-Employment over the Life-Cycle: An entry-Exit Decomposition Analysis*, University of Illinois.

Knight, G. e S. Mckay (2000), Lifetime experiences of self-employment, *Labour Market Trends* 108, 470-472.

LaLumia, S. (2009), The earned income tax credit and reported self-employment income, *National Tax Journal* Agosto 2009.

Lentz, B. e D. Laband (1990), Entrepreneurial success and occupational inheritance among proprietors, *Canadian Journal of Economics* 23, 563-579.

Lofstrom, M. e T. Bates (2007), African Americans' pursuit of self-employment, *IZA Discussion Paper 3156*, Institute for the study of Labour.

Long, J. (1982), The income tax and self-employment, *National Tax Journal* 35, 31-42.

Lucas, R. (1978), On the size distribution of business firms, *Bell Journal of Economics* 9, 508-523.

Majumdar, D. (1981), *The Urban Labor Market and Income Distribution - A Study of Malaysia*. UK: Oxford University Press.

- Meager, N. (1992), Does unemployment lead to self-employment?, *Small Business Economics* 4, 87-103.
- Mohapatra, S., S. Rozelle, e R. Goodhue (2007), The rise of self-employment in rural China: development or distress?, *World Development* 35, 163–181.
- Moro, S., F. Chein e A. F. Machado (2003), Self-employment in Brazil and its determinants: a spatial analysis, *Discussion Paper 204*, Belo Horizonte, UFMG/Cedeplar.
- Noorderhaven, N. G. (1999), Self-employment out of dissatisfaction: an international study, *Tinbergen Institute Discussion Papers* 99.
- OCDE (1998), “Fostering Entrepreneurship”. OCDE:Paris.
- Pfeiffer, F. e F. Reize (2000), Business start-ups by the unemployed - an econometric analysis based on firm data, *Labour Economics* 7, 629-663.
- Quinn, J. (1980), Labour-force participation patterns of older self-employed workers, *Social Security Bulletin* 43, 17-28.
- Robson, M. (1998), Self-employment in the UK regions, *Applied Economics* 30, 313-322.
- Robson, M. (2003), Does stricter employment protection legislation promote self-employment?, *Small Business Economics* 21, 309-319.
- Sarpe, D. e M. Neculita (2005), *How to improve the self-employment system: some European experiences*, Department of Economics, University “Dunărea de Jos” of Galați.
- Schmitt-Rodermund, E. (2004), Pathways to successful entrepreneurship: personality, parenting, entrepreneurial competence, and interests, *Journal of Vocational Behavior* 65, 498–518.
- Schuetze, H. (2000), Taxes, economic conditions and recent trends in male self-employment: a Canada–US comparison, *Labour Economics* 7, 507-544.
- Schultz-Nielsen, M. L. (2001), *The integration of non-western immigrants in a Scandinavian labour market: the Danish experience*, The Rockwool Foundation Research Unit, Copenhagen.
- Sestito, P. (1989), Alcune note sull’occupazione indipendente in Italia, *Economia & Lavoro* 33, 71-85.
- Spilling, O. (1996), Regional variation of new firm formation: the Norwegian case, *Entrepreneurship and Regional Development* 8, 217-243.
- Steinberger, T. (2005), Social security and entrepreneurial activity, *CSEF Working Papers 130*, Centre for Studies in Economics and Finance.
- Steuerle, G. (1991), The superterranean economy, *Tax Notes* 6.

- Storey, D. (1982), *Entrepreneurship and the New Firm*. London: Croom Helm.
- Tamvada, J. (2008), The geography and determinants of entrepreneurship, *Jena Economic Research Papers* 2008(26), Max Planck Institute of Economics, Germany.
- Taylor, M. (1999), Survival of the fittest? An analysis of self-employment duration in Britain, *The Economic Journal* 109, 140-155.
- Torrini, R. (2002), Cross-country differences in self-employment rates: the role of institutions, *Servizio Studi* 459.
- Van Praag, M. e H. Van Ophem (1995), Determinants of willingness and opportunity to start as an entrepreneur, *Kyklos* 48, 513-540.
- Van Reenen, J. e N. Bloom (2007), Measuring and explaining management practices across firms and countries, *Quarterly Journal of Economics* 122, 1351-1408.
- Velamuri, M. (2009), Taxes, health insurance and women's self-employment, *MPRA working paper 15731*.
- Verheul, I., Wennekers, S. Audretsch, D. e Thurik, R. (2002), An Eclectic Theory of Entrepreneurship, em Verheul, I., Wennekers, S. Audretsch, D. e Thurik, R. (Ed.) *Entrepreneurship: Determinants and Policy in a European-US Comparison*, Boston/Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.